

---

## CAPÍTULO I

---

### **UEM: criação, transformação e transição de uma universidade de elite colonial para uma universidade nacional num Moçambique independente (1962 – 1995)**

*Narciso Matos*

*Joel das Neves Tembe*

*Carlos Arnaldo*

#### **1. Contexto histórico**

O ensino superior em Moçambique teve início em 1962, com a criação dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique, dos quais resultou, mais tarde, a Universidade de Lourenço Marques e, em 1976, já depois da proclamação da independência nacional, a Universidade Eduardo Mondlane.

As suas características e objectivos essenciais tinham em vista a subjugação e negação dos valores culturais e da personalidade dos negros moçambicanos, e a imposição de uma cultura e valores que utilizavam o racismo e a discriminação como meios de dominação e de exploração. Para se manter e perpetuar, a política educativa do Estado Novo<sup>1</sup> negou aos negros moçambicanos o acesso à educação e, naturalmente, e como corolário, também o acesso à educação superior.

Desde a década de 1950, erguiam-se vozes contra o atraso do ensino, em particular o acesso pela comunidade local indígena. São disso exemplo, os pronunciamentos do Bispo da Beira, Dom Soares de Resende (RESENDE, 1995).

Internamente, em Moçambique, crescia, também, a pressão das forças de libertação nacional, surgidas principalmente após a Segunda Guerra Mundial, em África, mais acentuadamente nas décadas de cinquenta e sessenta do século passado. A burguesia colonial em Moçambique e Angola, para quem o exemplo da África do Sul e da Rodésia do Sul se afigurava atraente, queria, também, ter o ensino universitário para os seus filhos, para poder consolidar o seu próprio projecto com relativa autonomia em relação à metrópole.

---

<sup>1</sup> Estado Novo, criado em 1933 em Portugal, por António de Oliveira Salazar, Primeiro Ministro.

Perante a pressão interna contra a negação da educação aos indígenas e a falta de ensino superior para os filhos da burguesia colonial, e a condenação internacional do colonialismo português, até mesmo por aliados próximos que, em tempos recentes, haviam concedido a independência às suas colónias, Portugal procurou mudar a imagem sem, no entanto, mudar a essência do sistema de dominação. Sem êxito, e já muito tardiamente, procurou fazer reformas graduais, políticas e sociais, essencialmente destinadas a fazer nascer, nas colónias, uma classe de negros moçambicanos assimilados e continuadores dos valores da lusofonia e dos interesses da colonização.

Mas, Portugal era, também, um país com um índice de analfabetismo elevado, um baixo índice de educação das suas populações, e com apenas quatro universidades, também elas atrasadas, comparativamente às suas congéneres na Europa e na América do Norte. Registava um acentuado atraso económico e social, era pobre e recorria à formas de exploração dos povos colonizados em condições de escravidão ou quase escravidão.

Principalmente na década de quarenta, evidenciou-se a incapacidade do Governo português de se reformar, impedido não só pelas forças que, em Portugal e nas colónias, defendiam a continuação da dominação colonial, mas, também, pela falta de recursos humanos e pela insuficiência de recursos financeiros para superar o atraso e promover a educação das populações africanas, num contexto em que era necessário um nível educacional e uma capacidade profissional mais elevados para viabilizar um sistema mais moderno de colonização.

A Igreja Católica promovia o ensino em vários pontos do País. No Chimoio (ex-Vila Pery), nas cidades da Beira, Inhambane e Lourenço Marques, colégios da Igreja Católica ofereciam o ensino secundário e médio (2º e 3º Ciclos dos Liceus), ainda que o número de beneficiários fosse reduzido. Alguns desses colégios eram propriedade ou beneficiavam do apoio financeiro da diocese local e eram geridos por freiras (e.g., os Colégios de Vila Pery e de Inhambane), outros pertenciam a congregações religiosas (e.g., os Colégios dos Irmãos Maristas da Beira e de Lourenço Marques; o Colégio Dom Bosco de Lourenço Marques, entre outros). A maioria destes colégios actuava sob supervisão do liceu mais próximo, condição que lhes permitia beneficiarem de paralelismo pedagógico. Oferecia, ainda, o ensino secundário nos seminários Menor da Namaacha, de Magude, Amatongas (em Gondola) e Zóbue (em Tete), entre outros.

Mais tarde, em 1968, o Seminário Maior S. Pio X, em Lourenço Marques, começou a oferecer o ensino pré-universitário, até ao sétimo ano. Alguns graduados destas escolas prosseguiram, depois, os seus estudos religiosos e superiores que, nalguns casos, culminavam com a sua graduação e consagração como sacerdotes (EDUARDO KOLOMA, entrevista In: PACHINUAPA *et al*, 2016.)

A evangelização era, também, vista como instrumento para a civilização, moralização e aculturação dos povos indígenas. Neste quadro, um Acordo Missionário entre o Estado Português e o Vaticano, assinado em 1940, oficializou a relegação, pelo estado colonial, e a passagem do controlo da educação dos negros para as missões cristãs católicas, complementada pela acção tolerada, mas com muitas perseguições das missões protestantes (FERREIRA, 1977).

Se o programa educacional das missões católicas estava alinhado com a política colonial de gradualismo e assimilação, as missões protestantes, para além do ensino primário e secundário, e da formação profissional, procuravam, também, levar jovens moçambicanos a aceder à formação superior, através das suas redes missionárias na região e nos Estados Unidos da América. Promoveram o acesso a esse nível de formação, por exemplo, a Igreja Metodista, a Igreja Presbiteriana e a Igreja Metodista Unida.

A experiência da missão protestante americana produziu frutos na zona centro de Moçambique, tendo levado, por exemplo, o jovem Columbus Kamba Simango, da Beira à Rodésia do Sul e depois aos EUA, onde se graduou na Universidade de Columbia, nos anos 1920. Emissários americanos começaram a visitar Moçambique com frequência e a denunciar o trabalho forçado e atraso educacional, como foi o caso do Relatório de Edward Ross, publicado em 1925. Na zona sul do País, a Igreja Metodista actuava em Cambine, na Província de Inhambane, oferecendo ensino profissional para os negros. Na então cidade de Lourenço Marques, a Missão Suíça, que deu origem à Igreja Presbiteriana de Moçambique, promovia a educação e formação profissional, em simultâneo com cuidados de saúde, e estreitava ligações com instituições na África do Sul. O centro de Ricatla, na Província de Maputo, exemplifica tais iniciativas educacionais. Foi nesse quadro que Eduardo Chivambo Mondlane, na sua juventude, beneficiou de uma bolsa de estudos para prosseguir estudos pré-universitários e universitários na África do Sul, em 1944, e, posteriormente, em Lisboa e Estados Unidos, na década de 1950.

A crescente influência das missões protestantes e a emigração de jovens para continuarem estudos nos países vizinhos, sobretudo na África do Sul e na Rodésia do Sul, preocupava o estado português e preocupava, também, a Igreja Católica.

É que, nos países vizinhos, os moçambicanos ficavam sob influência mais próxima e directa, não só da língua e cultura inglesas, mas, também, de um mundo predominantemente protestante.

Para evitar a “desnacionalização” dos colonizados, um discurso humanista e religioso, em consonância com o discurso político e colonial sobre a necessidade do “aportuguesamento” das populações (TEMBE, 1998), a Igreja Católica via mais uma razão para advogar pela criação de mais oportunidades de educação em Moçambique. Mas o número de escolas, especialmente de ensino secundário, continuava bastante reduzido e restringindo-se às cidades de Lourenço Marques, Beira e Nampula. Na esmagadora maioria, a população negra continuava marginalizada e sem acesso ao ensino secundário e seguintes. Apenas poucas famílias negras de assimilados e mulatos podiam ter acesso aos liceus.

No contexto da luta pela educação, em 1949, a ala juvenil do Centro Associativo dos Negros da Província de Moçambique, estimulada por Eduardo Mondlane e outros jovens formados nos *Mintlawas*, os grupos da juventude da Igreja Presbiteriana, criou o Núcleo de Estudantes Secundários de Moçambique – NESAM, para mobilizar apoios e ajudar estudantes negros, alguns provenientes de províncias de Gaza e Inhambane (CASIMIRO, 1979, p. 2.012).

A experiência de Eduardo Mondlane, jovem negro moçambicano que estudara na África do Sul, antes de seguir para Lisboa e, posteriormente, para os EUA, atraía a vontade de outros moçambicanos seguirem para este último país. As redes de contactos, através das missões americanas, permitiram canalizar bolsas para outros moçambicanos, aumentando a preocupação das autoridades coloniais sobre as influências externas (MONDLANE, 1961). Alguns jovens começavam a optar pela África do Sul enquanto outros seguiam caminhos via Rodésia do Sul, estimulados, por exemplo, pelo bispo metodista Ralph Dodge (TEMBE, 1998).

Algumas famílias preocupavam-se e procuravam já meios para enviar os seus filhos para o exterior, de forma a prosseguirem com os estudos universitários. Mas, para a esmagadora maioria da população, não era possível assegurar estudos superiores aos

seus filhos. Para tal, eram impedidos pela pobreza, os graves desequilíbrios e desigualdades económicas e sociais.

A experiência de estudos superiores fora de Moçambique, por filhos de algumas famílias portuguesas, indianas (principalmente goesas) e mistas, foi paulatinamente seguida por famílias assimiladas negras, por meios próprios, ou através do apoio concedido pelas igrejas e autoridades municipais. Por exemplo, estima-se que, por volta de 1960, cerca de 800 estudantes de Moçambique se encontravam em Portugal a estudar com custas asseguradas pelo Estado português, através de bolsas de estudo do Governo, Câmara Municipal de Lourenço Marques e Caminhos de Ferro de Moçambique (Carmo Vaz, entrevista, 22 Março de 2021). Destes, apenas cerca de 25 a 30 eram negros (MONDLANE, 1961).

## **2. Motivações para criar ensino superior nas colónias**

Se a ida para o estrangeiro era uma alternativa para a progressão nos estudos e posterior ascensão sócio-profissional dos filhos de algumas famílias, também os expunha a outras realidades e visões do mundo; em particular, expunha-os às lutas contra a marginalização política e à necessidade de descolonização. Estes factos pressionaram as autoridades coloniais a planearem a fixação dos jovens em idade para estudos superiores no espaço colonial, através da criação de estudos universitários nas então colónias de Moçambique e de Angola, em 1962.

O crescimento da economia de Moçambique também precisava de mais profissionais qualificados. Ao mesmo tempo, o Governo português temia que o acesso aos estudos universitários pudesse criar uma classe social instruída, que viesse a reivindicar a independência de Moçambique (Carmo Vaz, entrevista, 22 Março de 2021).

No entanto, a criação de instituições de ensino superior tinha que ser acompanhada por reformas na educação, em particular, pela expansão do ensino liceal, técnico-profissional e pré-universitário, para garantir o maior acesso à universidade de jovens provenientes da população negra. A implementação e materialização dos planos de fomento desenhados a partir de 1953, sobretudo o segundo plano de fomento (1959-1964), demandavam recursos humanos qualificados.

As pressões político-administrativas e económicas acrescentavam-se às das famílias e dos próprios jovens, que terminavam o ensino liceal sem condições para prosseguirem estudos na então metrópole e noutros países.

À entrada da década de 1960, uma sucessão de eventos forçou o Governo português a iniciar reformas políticas e institucionais. Exemplificam os eventos da época o assalto ao paquete Santa Maria por um grupo liderado pelo Capitão Henrique Galvão, a revolta de Beja, na passagem do ano 1961-1962, as insurreições armadas de forças nacionalistas em Luanda e na Guiné-Bissau, a visita de Eduardo Mondlane a Moçambique, o seu discurso na Igreja Presbiteriana (no qual usou a metáfora da águia)<sup>2</sup> e o seu relatório da visita, a libertação de Goa, pelo exercito da União Indiana, liderada pelo Primeiro-Ministro Jawarlal Nehru, e a resolução 1669 das Nações Unidas, que reconhecia o direito dos povos à autodeterminação e à independência. Estes e ainda mais eventos, no seu conjunto, obrigaram Portugal a abolir o indigenato<sup>3</sup> e o trabalho forçado, e a reestruturar a educação, através das reformas de 6 de Setembro de 1961, e reformas educacionais em 1964.

Dentre os eventos mencionados, merece destaque que, de Janeiro a Maio de 1961, Eduardo Mondlane, na qualidade de funcionário das Nações Unidas, visitou Moçambique para verificar, em primeira mão, a consistência das declarações do Governo português, relativas à situação sócio-económica e política dos moçambicanos. Conforme o relatório da sua visita, pôde constatar o enorme atraso e inadequação das políticas coloniais, em particular, as políticas educacionais.

Verificou, por exemplo, que apenas 10% da população negra em idade escolar tinha acesso à educação. Que o sistema educativo estava segregado entre o oficial, gerido pelo Estado, para cerca de 100.000 brancos e 25.000 assimilados (negros e mulatos), e o ensino gerido pela Igreja Católica, para o resto da população indígena, que beneficiaria apenas cerca de 4.500 jovens, durante o período de 11 anos, entre 1951 e 1962. Verificou que o acesso dos negros ao ensino secundário era muito deficitário e a maioria dos que completavam o ensino primário só tinham acesso a cursos vocacionais como os de carpinteiro, engraxador, professor primário e enfermeiro. Verificou, ainda, que, no principal liceu de Lourenço Marques, dos cerca de 1.000 alunos, apenas 20 rapazes e 6 meninas eram negros (MONDLANE, 1961).

---

2 Eduardo Mondlane, num discurso proferido em 1961, na Igreja Presbiteriana, contou a história de uma águia, criada entre galinhas e como se fosse galinha. Com os incentivos adequados, levada para o cimo de uma montanha, ao alvorecer, redescobriu a sua identidade e ocupou o seu lugar próprio, lá no alto, entre as nuvens...

3 O colonialismo classificava os moçambicanos como 'indígenas', para os quais criou um estatuto e instituições especiais. Em 1917, o colonialismo introduziu o estatuto de 'assimilado', ao qual poucos aderiram.

Nos cinco anos subsequentes, a situação permaneceu praticamente inalterada. Por exemplo, entre 1966 e 1967, dos cerca de 445 mil alunos negros registados em escolas, somente cerca 5 mil frequentavam escolas secundárias, principalmente escolas vocacionais. Todos os demais frequentavam escolas primárias.

De facto, até 1975, o ano da independência de Moçambique, muito poucos negros puderam ir para além do ensino primário. A idade já avançada com que completavam o ensino primário e os custos do ensino secundário<sup>4</sup> impediam-nos de prosseguir com os seus estudos.

Nos seus encontros com as autoridades administrativas coloniais, incluindo o Governador-Geral, o Director de Educação e os governadores dos distritos de Lourenço Marques e de Gaza, membros de organizações religiosas, representantes de comunidades urbanas e rurais, com destaque para líderes comunitários como os régulos, Mondlane ouviu os seus depoimentos e expôs as suas constatações. Questionou, em particular, a precariedade da situação educacional da maioria dos negros. Por sua vez, os representantes das comunidades usaram os encontros para solicitar que Mondlane mobilizasse recursos financeiros nos Estados Unidos, onde residia, para apoiar a educação superior de jovens rapazes e raparigas fora de Moçambique (MONDLANE, 1961).

Mondlane conhecia a importância da educação para o progresso de Moçambique e para a materialização de ganhos resultantes das reivindicações nacionalistas. Por isso, usou o acesso e as suas influências nos meios académico e religioso nos Estados Unidos para mobilizar recursos monetários para apoiar o ingresso de moçambicanos ao ensino superior, sobretudo na Europa. Por exemplo, utilizou bolsas de estudo que angariou da Fundação Ford, cerca de 3 mil dólares americanos, para apoiar estudantes moçambicanos em Portugal. Ciente de que, em Moçambique, muitos estudantes precisavam de apoio monetário para frequentarem o ensino secundário, passou, também, a canalizar bolsas para alunos que frequentavam escolas secundárias em Moçambique, sobretudo para frequentarem o sexto e o sétimo anos, os dois últimos anos do ensino liceal. Os apoios monetários que providenciava, beneficiavam de forma equitativa e não discriminavam

---

4 O ensino primário não oficial, oferecido pelas escolas missionárias, era mais longo, durava pelo menos mais 2 anos do que o ensino oficial. Havia, para cada classe escolar, as chamadas classes rudimentares e classes elementares. Além disso, a maioria dos jovens, sobretudo de origem camponesa, acedia à escola com idades mais elevadas do que os sete anos de idade, que era a norma nas escolas oficiais. Em terceiro lugar, havia muito poucas escolas secundárias, quase sempre muito distantes e muito longe das regiões de residência dos alunos. Só podiam estudar se, para além de pagar a escola, pudessem pagar pela sua subsistência, longe das suas famílias, ou se fossem acolhidos por alguma família amiga da sua.

entre alunos negros e mulatos, desde que tivessem dificuldades monetárias (MONDLANE, 1961).

### **3. Criação dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique em 1962**

O início do ensino superior em Moçambique surge, pois, como corolário da conjugação de vários factores internos e internacionais, incluindo a pressão política face aos ventos da liberdade em África e as reivindicações das forças nacionalistas.

Adriano Moreira, então Ministro do Ultramar, em 1962, anunciou a criação de Estudos Gerais Universitários de Moçambique (EGUM), estabelecidos através do Decreto-Lei nº 44.530, de 21 de Agosto de 1962, em simultâneo com a criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola. O estabelecimento de uma instituição universitária despoletou debates em torno da sua autonomia ou vinculação às universidades sediadas em Portugal, a natureza e tipo de cursos que deviam ser ministrados, a garantia da sua qualidade com docentes qualificados e sua equivalência. Nesse período, Portugal possuía quatro instituições de ensino superior, nomeadamente a Universidade de Lisboa, o Instituto Superior Técnico, a Universidade do Porto e a Universidade de Coimbra.

Veiga Simão, Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, foi nomeado Reitor dos EGUM e tomou posse no dia 31 de Dezembro de 1962. Subordinava-se às estruturas centrais de educação em Portugal, nomeadamente ao Ministro da Educação Nacional e, administrativamente, ao Governador-Geral da Colónia de Moçambique e ao Ministro do Ultramar. Os cursos eram desenhados com apoio do Instituto Superior Técnico de Lisboa, no caso das Engenharias, e da Universidade de Coimbra, no caso das Ciências.

Apesar da sua ligação com o regime colonial, Veiga Simão estava ciente da tarefa que tinha pela frente e determinado a criar uma universidade moderna e autónoma, com “estreita relação entre o ensino oferecido nos EGUM e as universidades metropolitanas acima referidas, que deviam assegurar ao ensino superior no ultramar uma total dignidade”.

Veiga Simão menciona, nos seus discursos, elementos que demonstram a sua preocupação com a qualidade do ensino, tais como “o reconhecimento da necessidade de professores com larga experiência e prestígio intelectual firmado na metrópole, como condição indispensável para um ensino com dignidade; a necessidade de um plano de formação do pessoal docente, de modo a que as universidades se tornem viveiros de

cientistas; a perspectiva de apetrechamento de laboratórios com equipamento científico moderno; a avaliação de qualidade dos cursos como base da reforma do ensino, através do estabelecimento de vários graus que satisfaçam as múltiplas exigências nacionais e que permitira a melhoria do nível cultural e científico e contribua para um aumento sensível do número de técnicos e cientistas; os processos de avaliação que devem focar as possibilidades actuais e futuras no domínio humano, nas instalações e equipamentos científicos; ter em mente as necessidades do País em termos de educação, cultura, pesquisa e tecnologia”<sup>5</sup>.

Numa entrevista concedida por ocasião da celebração dos 50 anos da Universidade em Moçambique, em 2012, Veiga Simão afirmou que, no exercício da sua função de Reitor dos EGUM, “estava convicto da necessidade de trabalhar para transformar a sociedade moçambicana, através do desenvolvimento do ensino”. Durante o seu mandato, a Universidade foi construindo uma certa autonomia em relação ao Governo colonial. Na sua estrutura de gestão académica, incluía um Senado constituído por professores e por estudantes, estes últimos indicados pela Associação Académica de Moçambique (AAM).

No discurso que proferiu na conferência inaugural do ano académico dos EGUM, em 8 de Novembro de 1963, Veiga Simão mostrava a importância do ensino superior em Moçambique, do ponto de vista político e académico, face à pressão da atracção de estudantes de Moçambique por universidades estrangeiras, sobretudo da África do Sul. Reconhecendo os desafios de instalação do ensino superior, apelou à disponibilidade de capital humano técnico local para o apoio ao ensino superior, e sublinhou a importância da colaboração das universidades portuguesas com professores experientes e de prestígio intelectual firmado, para assegurarem a leccionação dos primeiros anos. Afirmou a necessidade de se iniciarem cursos superiores que obedecessem a padrões de qualidade internacionais.

Segundo Carmo Vaz (entrevista em 2021), Veiga Simão trazia modernidade. Contrastando com as universidades portuguesas, argumentava que “Coimbra tinha o prestígio da história e da tradição, afirmava-se no Direito, na Ciência Pura, nas Letras e

---

<sup>5</sup> Veiga, Simão. *O Ensino Superior no Ultramar português*. Texto de conferência proferida a 13-09-1963, citado in Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior (CNAQ). República de Moçambique. *Relatório de Auto-Avaliação*, Ana Maria Nhampule, antiga Presidente do CNAQ, 15 Setembro de 2018, pp.6-10.

na Medicina, mas, naturalmente, não lhe era reconhecido o saber necessário para ser líder em áreas do progresso social e económico”. Por isso indagava, “onde estava a Agricultura, a Veterinária, a Economia e mesmo a Engenharia?” (SIMÃO, 1963). Foi neste contexto que, em 1963, afirmou que a sua tarefa era criar uma “universidade para o desenvolvimento”.

Com as suas influências, o Reitor viajava para negociações de meios financeiros e materiais junto do Governo português, sem dependência do Governador-Geral. Como corolário deste esforço, Moçambique dispunha de mais equipamentos e de laboratórios e bibliotecas mais desenvolvidas e com menos limitações financeiras, comparativamente a Angola e mesmo a algumas universidades em Portugal. O seu interesse académico e a sua personalidade ajudaram a estabelecer parcerias importantes com o sector empresarial e político locais, para o crescimento e fortalecimento da única instituição de ensino superior em Moçambique. O seu prestígio académico, doutorado em física atómica e quântica e Professor Catedrático, também ajudou a fortalecer o intercâmbio com as universidades da África do Sul, nos domínios pedagógico e de investigação científica, e a atracção de apoios a nível internacional, com bolsas de estudo para a formação do corpo docente na Europa e nos Estados Unidos da América.

Veiga Simão empenhou-se no desenvolvimento de infra-estruturas próprias para a universidade e, em 1964, através de um despacho de 22 de Abril, criou a Comissão Executiva das Novas Instalações Universitárias-CENIU, órgão dependente da Reitoria da Universidade para “dirigir, estudar, planear, orientar e fiscalizar as obras das instalações universitárias de Lourenço Marques”. Pela portaria n.º 23449, foi expropriada, por utilidade pública, uma parcela de terreno nos subúrbios de Lourenço Marques, com vista à implantação das novas instalações universitárias, na qual foi construída a Faculdade de Veterinária, com o curso de licenciatura em Medicina Veterinária.

Mobilizou apoios para a expansão das instalações das Faculdades de Veterinária e Engenharia junto ao Instituto de Investigação Veterinária e ao Laboratório de Engenharias de Moçambique, respectivamente. O sector industrial ajudou muito, sobretudo as áreas de Engenharias Química, Electrotécnica, Civil e Mecânica. A Faculdade de Medicina foi instalada junto ao Hospital Miguel Bombarda, deste beneficiando dos médicos e da prática hospitalar de contacto com os doentes, ainda antes de se criar o Hospital Universitário. Veiga Simão priorizou a pesquisa prática, articulando

com as empresas e instituições de investigação científica, de onde, também, buscava apoios para a docência.

As aulas nos EGUM iniciaram-se em 1963, com cerca de 280 estudantes, sendo 93% brancos (SOUTO, 2012, p. 142-143). As carências ditadas pela exiguidade de acesso ao ensino liceal e pré-universitário para a maioria de jovens negros, condicionavam a demografia social da população estudantil universitária. A maioria de jovens negros continuava a ter as suas oportunidades bastante limitadas. O baixo número de estudantes negros prevaleceu durante os 12 anos de existência dos EGUM e da Universidade de Lourenço Marques, apesar do regime apregoar a sua abertura para todas as raças, e ter estabelecido um serviço de bolsas de estudo para apoiar as camadas sociais desfavorecidas.

O racismo institucional, as desigualdades sociais e desequilíbrios regionais continuaram a prevalecer no ensino liceal e pré-universitário, tornando quase impossível o acesso dos negros à universidade, já que muito poucos negros tinham possibilidades e condições materiais para progredirem e atingirem os níveis de ensino necessários para ingressarem no ensino superior. Se institucionalmente o ambiente interno na universidade não manifestava práticas de racismo, a convivência inter-racial era condicionada pelos grupos de afinidade social. Por outro lado, havia, também, sectores conservadores, incluindo alguns docentes que, de forma aberta ou dissimulada, praticavam segregação racial, com prejuízo para os não brancos.

#### **4. Dinâmicas dos EGUM entre 1963 e 1968**

A promulgação, em Agosto de 1963, do Decreto-Lei n.º 45180, habilitou os Estudos Gerais Universitários de Moçambique a começarem, no ano lectivo de 1963/64, cursos das áreas científicas de Ciências, Engenharia e Agronomia em instalações provisórias, mas convenientemente adaptadas. Iniciaram os cursos cerca de 300 estudantes de Ciências Pedagógicas, Medicina, Cirurgia, Engenharias Civil, de Minas, Mecânica, Electrotécnica e Química Industrial, Agronomia, Silvicultura e Veterinária<sup>6</sup>. O ensino foi confiado a 58 professores catedráticos e extraordinários e a encarregados de curso, apoiados por investigadores, assistentes e técnicos superiores.

---

<sup>6</sup> AHM.UEM. Fundo Secção Especial. Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica da Província de Moçambique. III Plano de Fomento. Parte II. Relatórios Sectoriais. Vol.II. Educação. SE.a.I P.2 N°71. S/D:P.32.

A Tabela 1 mostra os cursos em funcionamento e respectivos números docentes, técnicos superiores e estudantes no ano lectivo de 1964/1965<sup>7</sup>.

**TABELA 1 - Docentes, Técnico Superiores e Estudantes dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique (1964/1965)**

<b>Cursos</b>	<b>PC</b>	<b>PE</b>	<b>EC</b>	<b>IR</b>	<b>PATI</b>	<b>SA</b>	<b>TS</b>	<b>E</b>
Ciências Pedagógicas	-	-	1	2	-	2	-	76
Médico-Cirúrgico	1	-	-	-	2	4	2	54
Engenharia	3	1	-	-	3	13	3	158
Agronomia	1	1	-	1	1	6	2	15
Medicina-Veterinária	-	1	-	-	2	6	1	19
<b>Totais</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>31</b>	<b>8</b>	<b>322</b>

Fonte: AHM/UEM. Fundo Secção Especial. Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica da Província de Moçambique. III Plano de Fomento. Parte II. Relatórios Sectoriais. Vol. 11. Educação. SE.a.I P.2 n° 71, s/d, p. 37. Legenda: PC: Professores Catedráticos; PE: Professores Extraordinários; EC: Encarregados dos cursos; IR: Incumbidos de Regências; PATI: Primeiros Assistentes Técnicos Investigadores; SA: Segundos Assistentes; TS: Técnicos Superiores; E: Estudantes.

Os EGUM viriam, também, a ter um papel fundamental na formação de professores de História, Geografia e Línguas<sup>8</sup> para o ensino secundário. Veiga Simão afirmara na conferência inaugural dos EGUM: “o êxito futuro da universidade dependerá da formação dos professores do ensino técnico e secundário” (SIMÃO, 1963).

Segundo alguns contemporâneos, a intenção do regime era que os primeiros três anos dos cursos fossem leccionados em Moçambique e a continuação e conclusão dos estudos feita em Portugal, para desenvolver a “portugalidade” dos estudantes e graduados. Todavia, essa perspectiva não se materializou, como adiante se vai ver.

Pelo Decreto n.º 48042 de Novembro, de 1967, foram criadas as licenciaturas em Física, Química, Biologia, Matemática Aplicada, Matemática Pura e Geologia, e foram introduzidos os quartos anos dos cursos Médico-Cirúrgico, de Engenharias Civil, Electrotécnica e Química Industrial, de Agronomia e de Medicina Veterinária.

Em 1968/1969, passaram a funcionar os quintos anos de Engenharia Mecânica e Silvicultura, e o 6º ano do curso Médico-Cirúrgico, e de Engenharias Civil, Electrotécnica

<sup>7</sup> AHM.UEM. Fundo Secção Especial. Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica da Província de Moçambique. III Plano de Fomento. Parte II. Relatórios Sectoriais. Vol.11. Educação. SE.a.I P.2 N°71. S/D:P.33.

<sup>8</sup> As licenciaturas tinham uma duração mínima de cinco anos e os bacharelatos, que só começaram em 1967-1968, uma duração de três anos, até 1966-1967. Nesta altura, começou a haver diplomados dos cursos de Professores Adjuntos dos 8º e 11º grupos e diplomados dos cursos de Ciências Pedagógicas, que eram cursos de curta duração e de pouca procura.

e Química Industrial. Pelo Decreto n.º 48563, de Agosto de 1968, iniciou-se a licenciatura em Geologia. Para além do início de novos cursos e da perspectiva de completar os cursos em Moçambique, Veiga Simão propôs a transformação dos EGUM em universidade.

Em Janeiro de 1969, os EGUM passaram a Universidade de Lourenço Marques. Nesse mesmo período, realizaram-se, na instituição, exames de frequência de 54 estudantes voluntários das Faculdades de Letras, Direito e do Instituto Superior de Ciências Sociais Políticas Ultramarinas, cujos resultados foram encaminhados às relevantes escolas superiores em Portugal. Iniciou-se, ainda, pesquisa científica assim como o apoio a empresas privadas, através dos Centros de Estudos de Química, Matemática, Física, Agrupamento de Estudos Moçambicanos (Ciências Naturais) e Centro de Estudos Humanísticos.<sup>9</sup>

Em 1969 -1970, foi autorizado o 6º ano de Engenharia Mecânica (Pereira *et al.*, 2016, p. 57). O curso de Economia foi, finalmente, aberto em 1970 -1971, pelo Decreto-Lei de n.º 456/70, de 2 de Outubro. O plano de estudos dos cursos de Engenharia foi alterado pelo Decreto n.º 587/70, de 26 de Novembro, que criou, ainda, o curso de Engenharia Metalúrgica. Nos termos daquele decreto, todos os cursos de Engenharia passaram a ter a duração de cinco anos, de dois semestres cada um.

Em Janeiro de 1970, Veiga Simão deixou de ser Reitor da ULM para ser Ministro da Educação no Governo de Marcelo Caetano. A reforma dos cursos de Engenharia foi a sua experiência-piloto de modernização do ensino nas universidades portuguesas, alinhando-o, sobretudo, com o ensino universitário inglês. A passagem de seis para cinco anos e para o regime semestral representou uma grande intensificação do regime de estudos.

O plano de estudos dos cursos de ciências<sup>10</sup> foi alterado pelo Decreto n.º 443/71, de 23 de Outubro, o qual instituiu dois tipos de licenciaturas: uma educacional, destinada, fundamentalmente, ao ensino, e outra científica, destinada, fundamentalmente, à investigação. Pelo Decreto n.º 470/71, de 5 de Novembro, os bacharelatos e as

---

<sup>9</sup> AHM.UEM. Fundo Secção Especial. Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica da Província de Moçambique. III Plano de Fomento. Parte II. Relatórios Sectoriais. Vol.II. Educação. SE.a.I P.2 nº 71.S/:P.33.

<sup>10</sup> Os cursos de Matemática Pura e Matemática Aplicada foram extintos com a criação dos novos planos de estudos do curso de Matemática. Fonte: AHM.UEM. Moçambique. Direcção dos Serviços de Planeamento e Integração Económica. IV Plano de Fomento. Parte III. Relatórios Sectoriais. Vol.II. Educação. Tomo 2. Ensino Básico. Primário e Ciclo Preparatório. 1973. P. 81-82.

licenciaturas mantiveram a duração anterior, respectivamente de três e cinco anos, e foi instituído o regime semestral<sup>11</sup>.

O curso de Direito nunca chegou a abrir até à independência do País em 1975, não obstante ter sido instituído em 1974, através do Decreto-Lei n.º 299/74 de 16 de Julho. A não abertura do curso de Direito é explicada pelo receio de poder estimular o activismo político, como acontecia em Portugal. Para o Rui Baltazar,

*O regime fascista português tinha a experiência de que uma significativa maioria dos principais opositores ao regime provinha dos indivíduos formados em Direito nas suas universidades. Também é verdade que muitos dos quadros fascistas tinham essa mesma formação, mas o que preocupava o regime eram esses opositores que, exercendo quase todos profissões liberais, podiam, com certa independência, manifestar as suas posições políticas, embora enfrentando as represálias de que eram vítimas. Daí que, ao se dar início aos estudos superiores em Moçambique, não se tivessem aberto os cursos de Direito, pois se antevia que tais cursos se podiam tornar viveiros de futuras contestações políticas (RUI BALTAZAR, entrevista em 2021).*

Tendo começado com a maioria de docentes vindos de Portugal, a partir de 1968 crescia o número de jovens locais recrutados e enviados para formação ao nível de doutoramento no estrangeiro, em particular no Reino Unido. Este desenvolvimento também propiciava o crescimento de um corpo docente de jovens mais liberais, influenciados pelas escolas liberais da sua formação no estrangeiro, contrastando com o regime de censura em Portugal. Conforme recorda Carmo Vaz (entrevista em 2021), muito cedo, a Universidade em Moçambique teve um corpo docente de vanguarda.

## **5. Dinâmicas e conflitos na ULM entre 1968 e 1974**

A transição dos EGUM para Universidade de Lourenço Marques, pelo Decreto-Lei n.º 48790, de 11 de Dezembro de 1968, foi produto da combinação de esforços entre a comunidade universitária local, liderada pelo Reitor Veiga Simão e forças progressistas que justificavam a necessidade de transformação pelo aumento de números de cursos, estudantes, docentes, trabalhos de investigação e expansão de infra-estruturas e equipamentos.

Os apoios à transformação vieram, também, de políticos locais, incluindo o Governador-Geral, Baltazar Rebelo de Sousa. O presidente de Portugal, Marcelo Caetano,

---

<sup>11</sup> AHM.UEM. Moçambique. Direcção dos Serviços de Planeamento e Integração Económica. IV Plano de Fomento. Parte III. Relatórios Sectoriais. Vol.11. Educação. Tomo 2. Ensino Básico. Primário e Ciclo Preparatório. 1973: P. 77-79.

visitou Moçambique no início de 1969, aquando da elevação dos EGUM a ULM e, em agradecimento, na mesma altura, a universidade atribuiu-lhe o Doutoramento *Honoris Causa*. O apoio veio, também, de círculos parlamentares, em Lisboa. Em contrapartida, a oposição dos meios conservadores alertava que a criação de uma universidade, a prazo, levaria à independência da colónia (PEREIRA *et al.*, 2016, p. 54). Os cursos passaram, definitivamente, ao nível de licenciaturas de cinco anos, tendo, alguns cursos, como o de Geologia, continuado a conferir diplomas de bacharelato. Os cursos de História, Geografia e Línguas Românicas permaneceram limitados a bacharelatos, com a duração de três anos.

Ao longo do processo, novos desafios colocaram-se, nomeadamente o fomento da investigação científica e sua ligação com os desafios de desenvolvimento de Moçambique, a formação do corpo docente e condições de sua retenção e a estruturação e reforço de pessoal administrativo e de apoio aos laboratórios. Pese embora os avanços alcançados com a organização dos cursos, o ingresso de estudantes negros continuou limitado. Por exemplo, em 1970, os estudantes negros apenas representavam cerca de 1% dos estudantes, sendo cerca de 5% os estudantes mistos<sup>12</sup>.

A Faculdade de Economia foi estabelecida em 1970 e a licenciatura em Economia começou a ser leccionada em 1971. Segundo um artigo publicado na revista *Economia de Moçambique*, em 1970 “o crescimento das actividades económicas, industriais e de serviços, incluindo administrativos, mercê, também, de um maior dinamismo das relações económicas regionais, reclamava mais profissionais de economia ao nível superior”.

Em 1974, foi criada a Faculdade de Direito e o curso de Direito foi estabelecido em Janeiro de 1975, através do Decreto-Lei n.º 7/75, de 18 de Janeiro. A Faculdade de Direito viria a ser encerrada em 1983, por ser julgado, pelo Partido Frelimo e Governo de Moçambique, que o curso não correspondia às expectativas política, económica e social do País. No limiar da década 70, a universidade reclamava uma estruturação consentânea com os desafios do seu crescimento. Com Veiga Simão, então Ministro de Educação a partir de 1970, deu-se início a um movimento de reformas do ensino superior, incluindo a reestruturação institucional da Universidade de Lourenço Marques. Um documento produzido pelo Prof. Júlio Barreiros Martins, docente de Engenharia desde 1966, e

---

<sup>12</sup> AHM - Universidade de Lourenço Marques - Cx. 23 - Direcção Geral de Segurança, Confidências, 1972 - A Universidade de Lourenço Marques para quem? Lourenço Marques, Associação Académica de Moçambique-Secção de Informação, Propaganda e Estatística, S/D. (Temas Estudantis; 5), 10 p. in: A Sopa S/D).

membro do Senado desde 1968, sistematizava as grandes linhas de reforma institucional e da ligação entre o ensino universitário e os objectivos de desenvolvimento de Moçambique, articulando o papel do Governo e de instituições privadas (MARTINS, 1973).

Porém, as bases da reforma ter-se-iam iniciado com o próprio Reitor, Veiga Simão, sistematizado nos seguintes termos “o ponto nevrálgico de toda a nossa acção deve concentrar-se, neste momento, na elaboração do Estatuto Universitário, definindo as regras-base da estrutura da universidade. Entre elas, destaca-se uma que deve ser cuidadosamente posta e meditada, de forma a se responder claramente às múltiplas objecções que suscita: é a autonomia da universidade<sup>13</sup>”.

A autonomia sugerida era administrativa, financeira e pedagógica. Para o efeito, a universidade deveria criar capacidades internas e desenhar uma estrutura de gestão consentânea com os desafios da instituição, em resposta às demandas do desenvolvimento da sociedade, incluindo a pressão política exercida interna e externamente pelos movimentos de libertação. A autonomia pedagógica deveria propiciar a libertação da capacidade criadora dos estudantes e dos docentes nos domínios de ensino e investigação. Em termos da estrutura, pretendeu-se reforçar a criação de departamentos, conforme as áreas científicas individualizadas ou aglutinadas, enquadradas em Faculdades e com uma estratégia de governação colegial.

Esta visão incluía a necessidade de construção de infra-estruturas com instalações definitivas, elemento fundamental para a estabilização institucional e expansão de actividades de ensino e investigação. Preocupado com o funcionamento da universidade em instalações provisórias e dispersas por toda a cidade, Veiga Simão empenhou-se na construção de um campus universitário, na zona da Sommerscheild. Para isso, contratou a PROFABRIL - Centro de Projectos Industriais, para planear as instalações e elaborar o programa de construção de edifícios funcionais e eficientes, abarcando as Ciências, Engenharia, Agronomia, Medicina, Letras, Medicina Veterinária, Serviços Centrais e Actividades Circum-Ecolares (SIMÃO, 1970 *apud* SOPA, s/d). Outro elemento marcante foi a necessidade de funcionamento eficiente do Hospital Universitário que, para Veiga Simão, era

*[...] um organismo autónomo que muitíssimo nos tem preocupado ... compreende-se que assim aconteça, pois, o hospital será uma afirmação*

---

<sup>13</sup>AHM.UEM. Fundo: Secção Especial. Estrutura e Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Lourenço Marques. J. Barreiros Martins, Professor Catedrático de Engenharia da Universidade de Lourenço Marques. Abril de 1973.

*permanente da capacidade ou incapacidade da universidade perante o meio e um domínio, onde os erros se pagam com a vida das pessoas. Com todas as limitações, nomeadamente no que respeita à sua estruturação, condicionada pelo local, pelos serviços comuns ao Hospital Miguel Bombarda e por muitos outros factores, temos a certeza de que poderá o hospital da nossa universidade prestar os mais relevantes serviços à medicina ... para seu bom funcionamento, essencial se torna que seja um organismo com larga autonomia, mormente na capacidade de, dentro da lei, administrar as suas receitas, de modo a que possamos ter decisões com a maior rapidez e eficiência, tão necessárias quando se é responsável pela vida dos que se acolhem à nossa guarda (SIMÃO, 1970).*

Os anos subsequentes iriam confirmar o início da materialização destes projectos, consolidando a relação entre a universidade e a sociedade colonial, mas ainda incapaz de alterar a base social dos estudantes, dominada pela população branca até à queda do regime colonial em 1974.

Como mostra a Tabela 2, estima-se que, em 1972-1973, houvesse cerca de 578 mil alunos no ensino primário, divididos em cerca de 415 mil nas escolas oficiais, cerca 150 mil nas escolas missionárias e cerca de 13 mil nas escolas privadas. No mesmo período, havia cerca de 36 mil alunos no ensino secundário, divididos em cerca de 19 mil nas escolas oficiais e cerca de 16 mil nas escolas privadas. No ensino técnico-profissional, havia cerca de 17 mil alunos, frequentando institutos médios comerciais, industriais e agrícolas, formação de professores e escolas de artes e ofícios. Estima-se que houvesse, então, cerca de 2600 estudantes no ensino superior.

**TABELA 2 - Alunos em 1972-1973 nas escolas primárias, secundárias, comerciais e industriais, institutos comerciais, agrícolas, de artes e ofícios e universidade**

Tipologia	1972-1973
<b>ENSINO PRIMÁRIO</b>	
OFICIAL <sup>14</sup>	414.991
PRIVADO E RELIGIOSO <sup>15</sup>	
Igreja	150.320

<sup>14</sup> A partir de 1964, as escolas primárias (missionárias, privadas e do Estado) foram, então, divididas em "oficializadas" e "oficiais". Gómez, Miguel Buendía. Educação moçambicana: História de um Processo: 1962-1984. 1999. P. 68-69.

<sup>15</sup> Nessa categoria, incluem-se os alunos das missões protestantes. Johnson, Anton. Study produce and combat!: education and the Mozambique State, 1962-198, 1986. P. 53, citado por Gómez, Miguel Buendía. Educação moçambicana: História de um Processo: 1962-1984. 1999. P. 68-69.

<b>Tipologia</b>	<b>1972-1973</b>
Privado	12.656
<b>Total</b>	<b>577.967</b>
<b>ENSINO SECUNDÁRIO GERAL</b>	
Estado	19.361
Privado	16.186
<b>ENSINO TÉCNICO</b>	
Artes/Ofícios	332
Industrial/Comercial	12.995
Agricultura	685
Ensino Técnico/Médio	1.470
<b>FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS</b>	
Monitores	1.123
Magistério Primário	95
UNIVERSIDADE	2.621

Fonte: Gómez, Miguel Buendía. Educação moçambicana: história de um processo: 1962-1984. 1999, adaptado pelo autor.

## **6. Sobre a participação dos estudantes e o papel da Associação Académica de Moçambique**

A Associação Académica de Moçambique (AAM) foi criada em 1963 por algumas poucas dezenas de estudantes que haviam terminado o 7º Ano dos liceus no Centro e no Norte de Moçambique e vieram dar continuidade aos seus estudos em Lourenço Marques, nos recém-criados Estudos Gerais Universitários de Moçambique. A sua motivação inicial era assegurar condições de alojamento condigno e a custos comportáveis. Ouvindo as inquietações dos estudantes, o Reitor Veiga Simão não só as acolheu, como os incentivou a criarem uma associação para que envolvesse todos os estudantes e abarcasse outras actividades relacionadas com os interesses dos associados. Desse modo, gradualmente, e como estratégia de mobilização dos estudantes, a AAM envolveu-se no futebol, basquetebol, hóquei em patins, andebol, voleibol, hipismo, vela, ténis, ténis de mesa e badminton, utilizando o lema de “também através do desporto fazer crescer o homem”<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Joao Schwalbach (no prelo).

A AAM admitia estudantes no seu seio sem discriminar o seu grau de consciência política ou cívica, embora alguns tivessem já participado em reivindicações estudantis no Liceu Pêro de Anaia, e frequentado o Cine-Clube da Beira, que usava a arte do cinema para desenvolver a cultura, o talento e o respeito pelo homem.

A AAM participou, também, em programas de alfabetização e de promoção de saúde, de desenvolvimento agro-pecuário e de melhoramento de condições de vida das populações como foi o caso, por exemplo, do Projecto da Aldeia de Matalana, em Marracuene, “berço do nosso querido e saudoso Malangatana”<sup>17</sup>.

João F. L. Schwalbach, um estudante de Medicina, foi o primeiro presidente da AAM. A expansão dos cursos e o relativo crescimento da comunidade estudantil no período de 1969/1970-1972, proporcionaram a consolidação da coesão entre os membros, sócios e colaboradores, e ligações com o exterior. Nesta altura, a sua intervenção crítica em assuntos académicos foi de maior relevo, tendo criado o Centro de Estudos de Moçambique (CEM), como plataforma de articulação de resposta aos currículos modelados de Portugal. O CEM interveio em assuntos pedagógicos, sobretudo denunciando o desfasamento, da realidade de Moçambique e de África, dos conteúdos de disciplinas e currículos de cursos como Economia, História e Medicina (PEREIRA *et al.*, 2016).

A AAM continuou a assumir um papel social muito importante para o apoio e a integração dos estudantes provenientes de várias latitudes. Nesta altura, já havia um número representativo de estudantes de outras regiões de Moçambique, com iguais problemas de alojamento e alimentação, impulsionando a criação de mais residências universitárias.

Desde o início da década de 1970, um número crescente dos estudantes ligados à AAM engajava-se na denúncia do regime colonial, e alguns estudantes comunicavam clandestinamente com a Frelimo, ao mesmo tempo que o projecto educacional de Eduardo Mondlane alicerçava-se em Dar-es-Salaam, no Instituto Moçambicano, e com a criação da Escola Secundária da Frelimo. Ao activismo político dos estudantes, a Direcção Geral de Segurança (DGS)<sup>18</sup> respondeu com agressividade.

---

<sup>17</sup> Veja-se crónica de Alexandre Chauque, publicada no Semanário SAVANA, a 28 de Abril de 2000, com o título “Em homenagem a médicos “suicidas” - Matalana recua para a década de 60”.

<sup>18</sup> A Direcção Geral de Segurança (DGS) foi uma polícia secreta portuguesa, criada a 24 de Setembro de 1969.

O então Reitor da ULM opôs-se à pressão da DGS, do comandante-em-chefe das Forças Armadas Portuguesas, General Kaulza de Arriaga e do Governador, General Manuel Pimentel dos Santos e, porque a sua posição perante as autoridades coloniais tornara-se insustentável, o ministro Veiga Simão levou-o para Portugal para Director Geral do Ensino Superior, substituindo-o pelo Reitor Prof. Fernandes de Carvalho.

Os choques entre os estudantes e a liderança da ULM intensificavam-se e culminaram com o encerramento da AAM, pela DGS, em 1972, e o exílio dos principais dirigentes estudantis para fora de Lourenço Marques, ou a sua prematura e compulsiva incorporação no exército colonial (PEREIRA *et al.*, 2016).

A actuação da AAM procurava, pois, minimizar deficiências de carácter informativo e formativo e incluía esforços para dar aos associados à consciência individual e de grupo. Porém, a AAM entendia que, para o sucesso do seu trabalho, era preciso que as entidades oficiais e o corpo docente dessem a sua colaboração se, como apregoavam, estavam interessados em edificar uma verdadeira Universidade Nova. O alheamento manifestado por parte do corpo docente pelas actividades dos estudantes associados na AAM, assim como de entidades oficiais da universidade, ao permitirem que forças de intimidação se manifestassem e, ao não concederem à Associação o seu estatuto de organismo autónomo, levaram a que a AAM só pudesse sobreviver à volta da zona de influência da reitoria (SOPA, s/d).

Segundo Carmo Vaz (entrevista em 2021), muito cedo a AAM tornou-se num caldeirão de ideias que, pouco a pouco, começaram a tornar-se anti-fascistas e depois nacionalistas, no contexto do crescimento da universidade e, também, da luta política anti-colonial em Moçambique, incluindo a ligação clandestina com a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). O intercâmbio com estudantes moçambicanos, em Portugal, também contribuía para o crescimento das ideias de lutas estudantis, para não citar o possível impacto dos movimentos estudantis na vizinha África do Sul.

A par da actividade social, cultural e desportiva, os estudantes associavam-se ao movimento de denúncia da fraca presença de estudantes negros nos cursos universitários (PEREIRA *et al.*, 2016). O Teatro dos Estudantes Universitários de Moçambique, criado em Julho de 1965, e o Boletim *o Diálogo*, eram os principais veículos de circulação de opiniões contestatárias. Mesmo com a consolidação da Universidade de Lourenço Marques, poucos estudantes negros ingressavam na instituição. Por exemplo, em 1967, apenas onze estudantes não brancos estavam registados (SOUTO, 2012, p. 143).

Paradoxalmente, estes números escassos eram usados pelo regime para manifestações públicas locais e no estrangeiro, como prova de uma política de integração social e racial bem-sucedida. Em 1970, foi criada a Revista dos Estudantes da Universidade, para estimular a divulgação de trabalhos académicos e de índole cultural, em articulação com os docentes.

A reflexão sobre as reformas da universidade em 1970/1971 não foi ignorada pela AAM, cujo Presidente, Arnaldo Lopes Pereira, na altura estudante do 5º ano de Engenharia Civil, reconhecendo a pertinência das reformas, sublinhou a necessidade de a universidade ter “a liberdade de escolher o seu caminho, o poder de concepção e realização próprias”. Mercê da sua consciência sobre as dificuldades de acesso ao ensino superior, apontava para a necessidade de uma visão holística sobre o desenvolvimento do ensino superior em Moçambique e a democratização do acesso ao ensino no geral. Este argumento também era fundado na ideia da necessidade de um olhar crítico à sociedade, particularmente na revisão da estrutura sócio-económica que permitisse melhor distribuição da riqueza, com a expansão de estabelecimentos de ensino a toda a escala geográfica do País, e que permitisse o acesso ao ensino por populações carenciadas. Argumentava nos seguintes termos:

*O significado social, e julgo que isto é importante, do nosso actual sistema de ensino reveste-se, ao analisarmos a evolução de uma geração escolar, por toda uma série de quebras sucessivas de escolaridade, em reduções catastróficas de efectivos, à passagem de nível para nível. Essas quebras não são mais do que a tradução, em efectivos escolares, do próprio quadro social de referência, em função do qual, historicamente, se estruturou o nosso sistema de ensino. Ora, o desenvolvimento impõe, antes de tudo, a democratização do ensino. Impõe, igualmente, entre outros factores, uma exigência de adaptabilidade, isto é, de capacidade e de resposta rápida e adequada a situações em mudança, a necessidades novas, a solicitações que rapidamente se modificam. Julgo que não é propriamente isto que temos em Moçambique. Por isso, entendo que o actual passo que a Universidade de Lourenço Marques irá dar poderá ser, a concretizar-se, o primeiro conducente a uma solução para todos os problemas graves com que o ensino em Moçambique se debate. [...] A revisão da estrutura educacional de base, a fim de se dinamizar o ensino com matérias mais de ordem prática que teórica, nomeadamente a nível liceal. Interessa, sobretudo, que o estudante que frequenta o liceu adquira, para além de um mínimo de conhecimentos teóricos, uma percentagem de conhecimentos práticos que lhe sirvam na vida diária (AHM/UEM, Cx 23. Universidade de Lourenço Marques. In: SOPA, s/d).*

A AAM viveu e cresceu graças ao activismo dos seus dirigentes e de centenas de colaboradores, cujas direcções foram encabeçadas, sucessivamente, por João Schwalbach, Armando Madeira Alves, Rui Gonzalez, Arnaldo Lopes Pereira, Luís Alfaro Cardoso, Paulo Ivo Garrido, Nelson Couto, Romeu Rodrigues e Nuno Melo Egídio.

Em 1976, a AAM foi encerrada por se entender, na altura, que a Organização da Juventude Moçambicana, então recém-criada, poderia enquadrar os estudantes universitários.

## **7. Do golpe de estado em Portugal ao período de transição**

Desde o golpe de estado em Portugal, a 25 de Abril de 1974, a situação caracterizava-se do seguinte modo:

- a. a comunidade portuguesa em Moçambique estava inquieta e assustada sobre o seu futuro;
- b. a propaganda colonial tinha criado a ideia da FRELIMO como movimento terrorista e anti-português, e semeado o medo na grande maioria da população branca, mas, também, em parte significativa de população indiana, paquistanesa, mestiça e assimilada;
- c. o início das conversações em Lusaka entre a FRELIMO e o Governo Português e o Acordo de Lusaka no dia 7 de Setembro de 1974 e, principalmente, a revolta e acção do FICO<sup>19</sup> e outros movimentos anti-FRELIMO e anti-independência, agravaram o medo;
- d. a nacionalização dos prédios de rendimento, anunciada pelo Presidente Samora Machel, num comício realizado no dia 3 de Fevereiro de 1976, precipitou o êxodo de muitos milhares de pessoas;
- e. em Fevereiro de 1977, a transformação da FRELIMO, Frente de Libertação, em Partido Frelimo, marxista-leninista, contribuiu, também, para dar um empurrão final aos que estavam assustados e, talvez, ainda indecisos se ficavam em Moçambique ou partiam para Portugal, para a África do Sul e outros países;
- f. as transformações políticas e sociais em curso no País tiveram, também, consequências sobre a universidade, tais como a introdução de cursos e

---

<sup>19</sup> FICO foi um movimento surgido imediatamente após a assinatura dos Acordos de Lusaka, entre o Governo Português e a FRELIMO.

disciplinas de formação política e ideológica; a constituição de Grupos Dinamizadores<sup>20</sup>, a criação de cursos para trabalhadores, de formação de professores, de preparação para o ingresso na universidade (propedêuticos); o envolvimento de estudantes em trabalho cívico (alfabetização e educação de adultos, recenseamento geral da população, participação em campanhas agrícolas, etc.), o envolvimento da universidade no desenvolvimento de planos de estudo e material didáctico para outros níveis e tipos de ensino, etc; e g. desde o período de transição para a independência, a universidade alinou-se inteiramente com a corrente e iniciativas da reconstrução nacional e da revolução.

Estes acontecimentos têm lugar no auge da Guerra Fria entre o Ocidente, liderado pelos Estados Unidos da América, e o mundo Socialista, liderado pela União Soviética.

Na África Austral, os acontecimentos têm lugar no período em que o Apartheid, na África do Sul, lutava pela sua sobrevivência e via como uma grande ameaça a independência de um Moçambique governado por negros, de orientação socialista e líder ou participante muito activo e vocal dos “Países da Linha da Frente”, uma aliança dos países da África Austral para apoio às lutas de libertação, e para a resistência e combate ao Apartheid.

A postura da Frente de Libertação e, de seguida, do Partido FRELIMO, de exclusão activa de quaisquer outras forças, partidos ou movimentos que se proclamassem nacionalistas, a estigmatização e denúncia pública de ex-comandos, ex-OPV<sup>21</sup>, ex-PIDE<sup>22</sup>, de todos os classificados como comprometidos com o colonialismo, contribuíram, por um lado, para euforia e alegria populares. Viam na FRELIMO uma vanguarda decidida a verdadeiramente descolonizar Moçambique e dar poder ao povo. Mas contribuíram, também, por outro lado, para empurrar para o êxodo muitas famílias de portugueses, como também moçambicanas e, internamente, entre os que permaneceram em Moçambique, para a resistência activa (sabotagem económica, colocação de explosivos em lugares públicos, ondas de boatos e de agitação política e social).

---

<sup>20</sup> Grupos Dinamizadores foram órgãos de mobilização e direcção política criados nos locais de trabalho e de residência. Os seus membros eram eleitos dentre os trabalhadores ou residentes, incluindo os estudantes, no caso das instituições de educação.

<sup>21</sup> Organização Popular de Voluntários, uma força para-militar criada nos últimos anos de dominação colonial.

<sup>22</sup> Polícia Internacional de Defesa do Estado, nome da polícia política e secreta colonial, antes da sua transformação em DGS.

De acordo com o IV Recenseamento Geral da População ultramarina (1970), a população branca em Moçambique era de cerca de 163 mil, constituindo 2% do total das populações na colónia. Nos anos seguintes, verificou-se um crescimento significativo, que elevou a população branca para cerca de 200 mil, crescimento motivado pela política de fomento do povoamento com famílias provenientes da metrópole, promovida nos últimos anos da dominação colonial. O Estado Novo promoveu a instalação dessas famílias, através de Planos de Fomento e Povoamento nas regiões de Limpopo, Sabie e Sussundenga, entre outras. No entanto, esse aumento demográfico alterou-se logo após 25 de Abril de 1974, quando a maioria dos portugueses abandonou as colónias portuguesas, gerando um fluxo de deslocados para a metrópole colonial e para a África do Sul e Rodésia do Sul. O XII Recenseamento Geral da População Portuguesa (1981) revelou que o número de retornados a Portugal entre 1975-1977, provenientes de Moçambique, foi de cerca de 159 mil, e o número dos colonos que optaram por permanecer em Moçambique, cerca de 4 mil<sup>23</sup>.

Este êxodo massivo e rápido, num intervalo de dois anos, de portugueses e outros grupos e pessoas assustadas com a perspectiva da independência, teve um impacto muito grande, no geral, sobre o sector empresarial, a administração pública, o sistema de saúde e de educação. Teve um impacto devastador sobre o conjunto da sociedade moçambicana. Não houve uma transição suave e controlada; houve uma ruptura completa e um novo começo em todas as esferas da sociedade.

É importante referir que, no período colonial, todas as funções de trabalho e de direcção qualificadas eram quase exclusivamente exercidas por portugueses. Eram portugueses os proprietários, gestores seniores e técnicos qualificados de todas as empresas, de todos os sectores de administração pública, de todas as escolas públicas e da totalidade do sistema de saúde e de educação. Mesmo nos sectores de educação e saúde, até mesmo nas escolas missionárias ligadas à Igreja Católica, a maioria dos bispos e padres eram estrangeiros e não negros moçambicanos.

Não havia, praticamente, nenhum moçambicano negro em posições de liderança ou de elevada qualificação técnica e profissional e, após a proclamação da independência, os moçambicanos não negros, líderes e qualificados, eram em número bastante reduzido e muito aquém do que seria necessário para os sistemas funcionarem.

---

<sup>23</sup> PIMENTA, Fernando Tavares. Causas do êxodo das minorias brancas da África Portuguesa: Angola e Moçambique (1974/1975). Imprensa da Universidade de Coimbra. **Revista Portuguesa de História**, nº 48 2017. P.101-102.

O êxodo da população, sobretudo, mas não exclusivamente branca, como se disse atrás, teve um impacto devastador na administração pública, saúde, educação e em todos os sectores do tecido comercial e da rede de produção de bens e serviços.

Em particular, as escolas primárias, secundárias, comerciais, industriais, os institutos comerciais e industriais e a universidade, ficaram, num curto período de poucos meses, sem gestores, professores, e sem a maioria dos estudantes.

## **8. Sobrevivência e Renascimento da ULM**

Tal como sucedera na época em que se decidia sobre o início ou não de ensino superior em Moçambique, em 1974-1975, houve, também, discussão se a ULM deveria ou não continuar a funcionar.

Os que advogavam o encerramento da ULM, defendiam que aos estudantes e docentes moçambicanos competia abandonarem a academia e juntar-se ao povo nas inúmeras frentes de trabalho e reconstrução nacional. Alguns, para arguir a sua posição, citavam o exemplo da revolução cultural, ocorrida na China popular, sob a liderança de Mao-Tse-Tung, onde os estudantes, académicos e intelectuais, no geral, foram mandados para o campo, para “aprenderem com o povo”.

Opinião contrária tinham os que defendiam que a ULM tinha que sobreviver e fortalecer-se, ao mesmo tempo que devia usar a sua capacidade e conhecimentos para participar na epopeia da reconstrução nacional. Apontavam para a quase inexistência de uma classe instruída para além do ensino primário e técnico profissional e para a necessidade de se iniciar essa formação tão depressa quanto fosse possível.

A seguir ao 25 de Abril, o Governo português afastou o Reitor Fernandes de Carvalho, como, aliás, todos os reitores das universidades portuguesas e nomeou para Reitor da ULM o Prof. José Correia Neves, que era o chefe do Departamento de Geologia. O Prof. Correia Neves geriu a universidade durante esse período difícil entre o 25 de Abril e a nomeação, pelo Governo de Transição de Moçambique, do Reitor Prof. Fernando dos Reis Ganhão, um quadro sénior da luta de libertação, para Reitor da ULM, em Dezembro de 1974. A sua nomeação pôs fim ao debate sobre a continuidade da universidade e esclareceu a posição do Governo moçambicano de continuar e reforçar a ULM e, de modo geral, de investir na educação e na saúde dos moçambicanos.

No dia 1 de Maio de 1976, a ULM foi rebaptizada, pelo Presidente Samora Moisés Machel, com o nome Universidade Eduardo Mondlane, e a sua Visão e Missão futuras definidas assim:

*A classe trabalhadora deve conquistar e exercer o poder na frente da ciência e da cultura [...] por isso, [...] a partir do dia primeiro de Maio de 1976, a Universidade de Maputo passa a designar-se: Universidade Eduardo Mondlane [...] queremos marcar uma nova fase na vida desta instituição. Através deste acto, não é, pois, Eduardo Mondlane que vem à universidade, é a Universidade que vem ao povo, não para o servir como entidade exterior, mas para nele [...] se enraizar [...] é tarefa da Universidade mergulhar as suas raízes na realidade nacional, procedendo de forma sistemática e organizada à investigação e recolha do nosso património histórico, cultural, artístico, científico e técnico. Conhecer profundamente o nosso País...reestruturar os cursos, saber como organizar o trabalho escolar, como orientar a nossa pesquisa. Para tal, devemos ligar a Universidade à fábrica e à aldeia comunal. A Universidade, por sua vez, deve sair das suas portas e ir para as fábricas e para o campo, pondo a sua técnica ao serviço dos trabalhadores e da reconstrução nacional. Ali ensinará, ali participará com os trabalhadores, na solução de novos problemas; ali aprenderá novas técnicas nascidas da vida prática; ali aprenderá o significado, a importância e a verdadeira dignidade do trabalho; ali conhecerá o povo e com o povo se identificará ... devemos ligar a universidade ao dever internacionalista do povo moçambicano; é preciso valorizar camaradas estrangeiros que conosco ensinam e estudam. Eles são portadores de experiências vividas noutros países e noutros continentes (SAMORA MACHEL, 1976)<sup>24</sup>.*

## **9. Gestão da ULM no período imediatamente após 1975**

Em 1974-1975, e até 1976-1977, a Universidade contava, ainda, com a participação de um número considerável e influente de gestores universitários e docentes portugueses, os quais contribuíram, muito significativamente, para manter a Universidade em funcionamento. Tais são os exemplos dos directores e outros docentes e gestores seniores nas faculdades ou departamentos de Química, Física, Geologia, Biologia, Veterinária, Medicina, Agronomia e Economia. Noutros casos, como na Faculdade de Engenharia, todos os docentes e gestores seniores saíram de Moçambique antes da independência, embora, no mesmo período, regressassem ao País vários docentes doutorados ou com mestrados.

---

<sup>24</sup>Samora Machel, 1 de Maio de 1976, Dia Internacional dos Trabalhadores.

Além dos gestores, também académicos portugueses permaneceram em Moçambique por períodos variáveis, e muitos abraçaram, integraram-se e apoiaram as iniciativas de estabilização, continuidade e de reforma das actividades na ULM.

Nas faculdades e departamentos, foram criadas comissões de gestão que integraram docentes, estudantes e membros do Corpo Técnico e Administrativo, nas quais, a maioria dos moçambicanos eram jovens, recém-licenciados e sem experiência anterior de gestão universitária. Estima-se que o número de docentes moçambicanos, na sua maioria muito jovens e com menos de cinco anos de experiência, fosse apenas cerca de 55, constituindo entre 21% e 25% da totalidade dos docentes da Universidade. Ainda assim, e muito graças ao seu entusiasmo, os docentes moçambicanos contribuíram significativamente para as actividades académicas. A gestão colegial da ULM, assegurada pelo Reitor Fernando dos Reis Ganhão, com as suas reuniões semanais, criou espaço para trocas de informação, de experiência e de aprendizagem acelerada dos gestores que representavam as diversas unidades educativas da ULM. Para o efeito, em 1976 constituíram-se comissões directivas nas Faculdades e departamentos, passando-se, a partir de 1977, a constituir direcções, compostas por membros já mais experientes.

## 10. O papel dos “Cooperantes”<sup>25</sup>

A ULM procurou ou acolheu, também, nesse período crítico da sua existência, docentes provenientes dos países “aliados naturais”, quer dizer, da União Soviética, República Democrática Alemã, Bulgária, Polónia e de outros países do bloco socialista. Beneficiou, ao mesmo tempo, de docentes jovens provenientes dos países nórdicos, países em que, nas décadas anteriores, se havia desenvolvido grupos de apoio à luta de libertação nacional. Beneficiou, também, de docentes provenientes de outros países ocidentais como os Países Baixos, Itália, Bélgica e o Reino Unido. Beneficiou de docentes provenientes de países africanos como o Senegal, Gana e a Guiné-Conacri. Cuba enviou grupos importantes de docentes, que se juntaram a outros grupos de docentes sul-americanos provenientes dos movimentos anti-ditaduras do Chile e do Brasil.

A ULM sobreviveu, começou a reorientar-se e a crescer mercê do apoio dos docentes estrangeiros, então designados “cooperantes”, que acorreram e se juntaram à epopeia da reconstrução nacional, do empenho dos poucos docentes e membros do

---

<sup>25</sup> Assim se designavam na época os técnicos estrangeiros que trabalhavam em Moçambique.

corpo técnico e administrativo (CTA) moçambicanos, que existiam na altura. Pode-se dizer que a ULM sobreviveu e reorientou-se para o futuro, sobretudo porque havia o sentimento colectivo de que a independência e a revolução moçambicanas eram justas e benéficas para os moçambicanos, sentimento partilhado e vivido quer pelos moçambicanos, quer pelos “cooperantes” provenientes de vários quadrantes geográficos e políticos.

## **11. A formação do corpo docente moçambicano**

Todavia, a formação do corpo docente moçambicano ocupou, desde o início, um lugar proeminente, dado que os poucos quadros existentes tiveram que realizar, simultaneamente, tarefas como o início da reestruturação dos cursos, adequando-os no conteúdo, forma e objectivos às necessidades do País, garantir a docência aos estudantes existentes, manter e conservar as infra-estruturas, com vista ao relançamento futuro da universidade e, ainda, participar em tarefas extra-universitárias.

Logo após a proclamação da independência nacional, o Estado intensificou o esforço já iniciado durante o Governo de Transição, no sentido de manter a Universidade em funcionamento. Ao mesmo tempo, fez-se a análise crítica do ensino superior, principalmente através de Seminários Pedagógicos realizados em 1977.

Neste processo, foi-se tornando clara a necessidade e urgência de se iniciar a formação de quadros moçambicanos à altura de prosseguirem o trabalho iniciado. “É neste quadro que se insere a evolução do corpo docente da universidade no que concerne à sua composição, às qualidades que deve possuir, aos critérios de selecção a que deve obedecer, ao seu enquadramento político-social, à planificação e controlo da sua actividade” (AHM, 1978)<sup>26</sup>.

## **12. Os estudantes**

Nos anos 1974 e 1975, havia muito poucos estudantes na ULM. Estima-se que frequentassem a ULM cerca de 2400 estudantes moçambicanos, distribuídos por todas as Faculdades, departamentos e cursos. As Tabelas 3 e 4 ilustram, respectivamente, o número de estudantes por curso no período de 1975 e 1984 e o número de estudantes por faculdade no período 1972 e 1978.

---

<sup>26</sup>AHM. UEM. Fundo: Gabinete do Reitor. I Reunião Geral de Militantes. Relatório do Grupo Dinamizador de Círculo. Maputo. 15 a 16 de Abril de 1978. Cx 212, p. 16.

**TABELA 3 - Distribuição de estudantes por cursos entre 1975 e 1984**

<b>Cursos Superiores</b>	<b>1975</b>	<b>1976</b>	<b>1977</b>	<b>1978</b>	<b>1979</b>	<b>1980</b>	<b>1981</b>	<b>1982</b>	<b>1983</b>	<b>1984</b>
Física	12	4	9	7	13	11	5	2	-	-
Matemática	64	16	23	-	19	15	13	7	-	-
Biologia	49	19	22	33	39	25	19	7	-	-
Química	5	3	3	11	15	13	11	7	2	6
Geofísica	-	-	-	-	5	4	2	-	-	-
Geologia	15	-	3	14	16	14	5	-	-	-
Engenharia Civil	119	61	34	38	20	36	65	81	100	101
Engenharia Electrotécnica	153	58	31	45	32	30	777	71	107	141
Engenharia Mecânica	126	16	9	20	24	72	83	138	147	144
Engenharia Química	28	13	14	21	24	22	16	15	44	55
Engenharia Geográfica	23	5	6	29	12	8	6	5	-	-
Agronomia	104	40	41	58	51	55	75	90	107	136
Veterinária	91	35	43	52	50	70	78	95	93	106
Engenharia Florestal	-	-	-	-	-	5	11	8	8	14
Direito	458	200	156	53	64	150	189	138	-	-
Economia	285	56	134	102	107	147	231	259	289	270
História	242	66	40	41	35	24	12	-	15	12
Geografia	27	3	1	16	26	20	15	5	-	10
Ciências da Educação	-	20	25	29	53	63	36	32	27	-
Formação de Professores (10 <sup>a</sup> e 11 <sup>a</sup> )	-	-	-	-	-	78	140	163	151	81
Formação de Professores de Marxismo-Leninismo	-	-	-	-	-	-	-	-	5	4
Medicina	525	224	153	157	118	108	131	151	158	149
Letras Modernas	107	38	30	24	28	20	14	-	-	-
Tradução Interpretação	-	-	-	-	13	26	32	1	4	-
<b>Sub-Total dos Cursos Superiores</b>	<b>2433</b>	<b>877</b>	<b>777</b>	<b>750</b>	<b>764</b>	<b>1016</b>	<b>1266</b>	<b>1275</b>	<b>1257</b>	<b>1229</b>

Fonte: AHM. UEM. Fundo Gabinete do Reitor. Evolução da população escolar (1975/1984) por cursos. Resumos dos Orçamentos da ULM entre 1974 e 1984. Cota 212. Adaptado pelo autor (2021).

**TABELA 4 - Distribuição de estudantes por faculdades entre 1972 e 1978**

Cursos	Anos Lectivos				
	1972-1973	1973-1974	1974-1975	1976-1977	1977-1978
Engenharias	641	730	835	930	1020
Medicina	536	635	745	840	940
Economia	365	425	495	555	615
Letras	282	370	460	545	630
Ciências	230	275	325	370	410
Agronomia e Silvicultura	97	110	125	140	155
Veterinária	81	95	115	130	150
Formação de Professores	168	160	150	140	130
<b>Total</b>	<b>2400</b>	<b>2800</b>	<b>3250</b>	<b>3650</b>	<b>4050</b>

Fonte: AHM. Fundo: Secção Especial. Moçambique. Direcção dos Serviços de Planeamento e Integração Económica, IV Plano de Fomento. Parte III. Relatórios Sectoriais. Vol.11 Educação. Tomo 4. Serviços Extraescolar. Ensino Universitário. 1973: P.157. Adaptado pelo autor.

Por consequência, era muito limitado o número de graduados aos níveis de bacharelatos e licenciaturas, como mostra a Tabela 5.

**TABELA 5 - Bacharéis e licenciados, entre 1973 e 1978**

Cursos	Total anterior <sup>27</sup>	1973	1974	1975	1976	1977	1978
Medicina	38	26	32	37	42	47	52
Engenharia (L)	100	40	48	56	68	82	95
Economia (L)	-	-	-	16	30	44	55
Agronomia e Silvicultura (L)	20	7	10	11	13	15	17
Veterinária (L)	20	7	10	11	12	14	17
Letras (B)	30	22	37	50	67	88	188
Ciências (B)	22	18	27	35	45	58	76
<b>Total</b>	<b>230</b>	<b>120</b>	<b>164</b>	<b>216</b>	<b>277</b>	<b>348</b>	<b>348</b>

Fonte: AHM. Fundo: Secção Especial. Moçambique. Direcção dos Serviços de Planeamento e Integração Económica, IV Plano de Fomento. Parte III. Relatórios Sectoriais. Vol.11 Educação. Tomo 4. Serviços Extraescolar. Ensino Universitário. 1973: P.157. Adaptado pelo Autor (2021).

<sup>27</sup> Estimativa. Alguns estudantes, embora tivessem terminado a parte escolar dos cursos, só faziam estágios e requeriam diplomas e certificados após cumprirem o serviço militar obrigatório.

Para além da actividade académica, os estudantes, organizados pela Associação Académica de Moçambique (AAM), entretanto reaberta em 1974, e com uma nova direcção presidida por António Aleixo Romeu Rodrigues, estudante de Engenharia Civil, participavam em campanhas de alfabetização e educação de adultos, na organização dos bairros e criação dos Grupos Dinamizadores e em outras actividades sociais e comunitárias extra-universitárias.

### **13. As Actividades de Julho**

Sob a liderança do Reitor Fernando dos Reis Ganhão, em 1975, tiveram lugar as primeiras “Actividades de Julho<sup>28</sup>” (AJUs), nas quais os estudantes e docentes da ULM, durante o mês de Julho, se deslocavam e permaneciam em diferentes províncias, distritos e regiões do País, participando em tarefas de produção, educação, saúde, conforme as necessidades e prioridades definidas localmente. Em Julho de cada ano, a Universidade saía das suas instalações e locais habituais de trabalho e dirigia toda a sua capacidade humana e científica para o apoio às iniciativas de reconstrução nacional<sup>29</sup>.

Alguns exemplos ilustram a diversidade e importância das actividades dos estudantes e seus docentes durante as AJUs: “apoiaram a construção de Aldeias Comunais<sup>30</sup>; participaram em acções de socorro às vítimas de cheias; apoiaram a Campanha Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos; participaram na elaboração de programas e manuais da 10<sup>a</sup> e 11<sup>a</sup> classes; em Maputo, estudantes e docentes de Engenharia Mecânica trabalharam nas Oficinas Gerais dos Caminhos de Ferro de Moçambique, na Fábrica de Cervejas SOGERE, na Empresa de Química Geral, na Companhia de Cimentos de Moçambique, na Fábrica de Baterias Tudor e noutras unidades de produção, assim como na Direcção Nacional do Plano; estudantes de Direito participaram na criação de tribunais provinciais, distritais e de localidade, em várias regiões do País; estudantes de História recolheram dados sobre a resistência à invasão e

---

<sup>28</sup> No início, as AJUs levavam os estudantes ao contacto com as realidades políticas e sociais do País em interacção com trabalhadores e populações nos diversos locais de trabalho e residência. Em muitos casos, eram organizadas em resposta aos pedidos provenientes de estruturas exteriores à Universidade. A partir de 1979, as AJUs procuraram complementaridade e sinergia com as actividades curriculares dos estudantes e contribuíram, também, para a melhoria da sua formação e conhecimentos técnicos e profissionais.

<sup>29</sup> Mais tarde, a partir de meados da década de 1980, houve a necessidade de ajustar o calendário das AJUs ao calendário agrícola do País, tendo passado a realizar-se nos meses de Janeiro e Fevereiro, com a designação de AJAs nas faculdades de Agronomia e Engenharia Florestal e de Veterinária, respectivamente, assim como para o curso de Geologia.

<sup>30</sup> Aldeias Comunais foram uma experiência de criação de aglomerados populacionais nas zonas rurais, pensando-se que seria assim mais fácil providenciar serviços básicos de saúde, educação, abastecimento de água, entre outros, comparativamente ao fornecimento de serviços a populações dispersas.

ocupação colonial nas províncias do Niassa e Cabo Delgado, assim como na elaboração de programas e manuais de ensino, enquadrados pelo Arquivo Histórico de Moçambique; estudantes de Engenharia Civil trabalharam na Vila Fontes e no Gabinete do Vale do Limpopo; estudantes de Geologia e Minas contribuíram, junto à Direcção de Geologia e Minas, em trabalhos de prospecção em Nampula, e no Laboratório de Radioisótopos do Hospital Central de Maputo, no projecto de abastecimento de água à cidade de Pemba, em colaboração com a GEOMOC, na pesquisa de fontes de captação de água e capacitação de agentes locais em bairros circunvizinhos de Maputo e na sistematização de dados sobre fontes de água a Sul do Rio Save; estudantes de Letras Modernas apoiaram a Comissão Nacional de Alfabetização, fizeram investigação nas Aldeias Comunais em ligação com o Gabinete de Estudos do Ministério da Informação, e no desenvolvimento lexical das línguas moçambicanas, na Zambézia e Manica; estudantes de Medicina, em ligação com o Ministério da Saúde, avaliaram o estado nutricional dos alunos nas escolas, creches, e centros infantis e na implementação de programas sanitários nas escolas da província de Maputo; em Gaza, avaliaram as taxas de infecção com bilharziose e paludismo; em Inhambane, mediram a tensão arterial em populações de zonas rurais; estudantes de Veterinária participaram de campanhas de vacinação em Gaza e Maputo, formaram monitores de cursos sobre tripanossomíases no Centro Experimental de Mualaze, e trabalharam nas unidades leiteiras de Changalane; estudantes e docentes participaram na realização do I Recenseamento Geral da População em 1980. “Durante o mês de Julho, os estudantes foram obrigados a confrontarem a realidade e a prepararem-se como futuros técnicos que não ditam ordens que conhecem nos livros, mas dão orientações que lhe vêm de um trabalho prático”<sup>31</sup>.

As AJUs tiveram um grande impacto sobre a percepção e o envolvimento da universidade nos problemas e prioridades nacionais. Muitos problemas e prioridades identificados durante as AJUs convertiam-se em programas de pesquisa, em temas de dissertações e monografias produzidas pelos estudantes, em linhas de cooperação continuada entre os departamentos e Faculdades e empresas e serviços exteriores à Universidade. Para muitos, senão a esmagadora maioria dos docentes e dos estudantes, as AJUs foram a primeira oportunidade para conhecerem, em primeira mão, como viviam,

---

<sup>31</sup> David, Luís e Gomes, Alves. Estudantes Universitários em Actividades de Férias: AJUs complementam actividade curricular. Revista Tempo, No 459. 1979. Págs.40-43.

que dificuldades enfrentavam e que aspirações e planos tinham as populações de Moçambique, literalmente, do Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Índico.

Tiveram, também, um grande incremento, nesta época, os estágios de estudantes nas empresas e serviços, durante os cursos, e a colocação dirigida dos graduados em sectores que o Governo, definiu como prioritários na fase de Reconstrução Nacional. Para o efeito, foi aprovado o Decreto Ministerial 19/76 de 18 de Maio, que dava ao Governo o poder de colocar os graduados nos sectores que decidisse e condicionava a obtenção do grau de Bacharel ao trabalho prévio do graduado, durante 2 anos, em tais sectores. Este decreto e esta prática foram determinantes para levar os graduados para onde eram necessários, muitas vezes fora das grandes cidades e centros urbanos.

Um exemplo paradigmático desta era, é o dos graduados do curso de Medicina Humana. Sabiam todos que, terminado o curso, iam necessariamente ser colocados num “distrito” onde pudessem prestar os seus serviços. Muitas vezes, tais recém-graduados, eram o único médico, a pessoa mais qualificada desse hospital ou centro de saúde. As mesmas experiências tiveram centenas de graduados de outros cursos universitários que, ainda mal saídos da universidade, se viram em frente e a dirigir empresas agrícolas e industriais, e a exercer outras funções que, em circunstâncias normais, estariam reservadas a técnicos e especialistas com mais anos de serviço e mais experiência profissional.

O Decreto n.º 19/76 veio a ser revogado anos mais tarde, pelo Decreto Ministerial n.º 15/92, de 16 de Setembro, por iniciativa da UEM, passando, assim, a permitir-se que os estudantes pudessem prosseguir os seus estudos até à conclusão das licenciaturas e obter os seus graus, logo quando terminassem os cursos. Terminara, também, por essa altura, a prática do Governo colocar os graduados em lugares que definisse como prioritários para a reconstrução nacional.

#### **14. Reforma curricular**

A partir dos finais de 1974 e princípio de 1975, a ULM começou a criar e oferecer novos cursos que respondiam às prioridades do País. O Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, visitou a UEM, no dia 1 de Maio de 1976, e orientou a instituição a realizar um estudo sistemático e profundo dos cursos existentes, dos níveis de formação e da preparação global dos estudantes, tendo em vista a sua adequação às perspectivas de desenvolvimentos do País.

Na esteira dessas orientações, a 1ª e 2ª Reuniões Gerais da Universidade, realizadas em 1978 e 1984, respectivamente, deliberaram sobre políticas curriculares, incluindo a duração dos cursos, modalidades de frequência e avaliação, formas de organização e gestão dos processos pedagógicos na UEM, entre outros aspectos. Até 1985, os bacharelatos de 3-4 anos eram a estrutura curricular dominante e o grau de bacharel era amplamente aceite como grau terminal, tal como o era o grau de licenciado; a partir de 1985, o grau terminal de maior aceitação passa a ser a licenciatura e a duração das licenciaturas passa de 4 anos para 4,5 a 5 anos, na maioria dos cursos, excepto para os cursos de Arquitectura e de Medicina, cuja duração passou para 6 e 7 anos, respectivamente.

## **15. Participação da universidade no desenvolvimento de outros níveis de educação**

### **15.1. Os cursos propedêuticos**

Em resposta à decisão tornada pública pelo Governo, no dia 8 de Março de 1977, de encerrar temporariamente o ensino pré-universitário, em todo o País, devido a escassez de professores qualificados para este nível de ensino, iniciaram-se, na UEM, “cursos propedêuticos”, que admitiram estudantes de nível pré-universitário, que não reunissem todos os requisitos para ingressarem nos cursos superiores.

Os cursos propedêuticos acolheram estudantes jovens, provenientes das escolas secundárias e dos liceus que tinham perdido os gestores e os professores. Por isso, tinham perdido a capacidade de leccionarem a 10ª e 11ª classes que, nessa época, constituíam os anos pré-universitários e o requisito para o ingresso na universidade. Acolheram, também, adultos e trabalhadores que, no período colonial, não tinham conseguido ingressar na universidade. Foram oferecidos cursos propedêuticos de ciências e de letras, habilitando os estudantes a escolher os seus cursos superiores.

Os cursos propedêuticos vieram a ser descontinuados em 1984, depois de habilitarem cerca de 6.300 estudantes<sup>32</sup> para o ingresso no ensino superior, conforme ilustra a Tabela 6.

---

<sup>32</sup> AHM. UEM. Fundo: Gabinete do Reitor. Evolução da população escolar (1975/1984) por cursos. Resumo do Orçamento/1984 em moeda nacional, da Universidade de Lourenço Marques. 1974-1984.1984.

**TABELA 6 - Evolução da população escolar: cursos não universitários**

<b>Propedêuticos</b>	<b>1975</b>	<b>1976</b>	<b>1977</b>	<b>1978</b>	<b>1979</b>	<b>1980</b>	<b>1981</b>	<b>1982</b>	<b>1983</b>	<b>1984</b>
Gestão de Empresas	-	-	-	-	107	98	94	99	39	-
Pré-Universitários	-	-	-	-	-	-	-	-	98	136
Propedêuticos de Ciências	-	374	317	427	491	271	-	-	-	-
Propedêuticos de Letras	-	-	-	-	293	161	-	-	-	-
Formação de Professores (7 <sup>a</sup> 8 <sup>a</sup> 9 <sup>a</sup> )	-	30	108	83	149	176	564	935	731	543
Sub-Total dos Cursos não Universitários	-	404	425	510	1040	706	658	1034	868	679
<b>Total</b>										<b>6324</b>

## 15.2. Cursos de formação de professores

De acordo com o Professor Doutor Manuel de Araújo<sup>33</sup> (entrevista em 2021), “já em 1975, fora desenhado o primeiro programa de formação de professores, em colaboração com quadros do Ministério de Educação e Cultura, dirigido, então, pela Ministra Graça Machel. Os cursos iniciaram-se em 1976 e foram direccionados à formação de professores para as disciplinas de Geografia e História da 5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> classes, tendo, então, recebido e formado cerca de 30 professores.

Em 1976, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) cria o Centro de Orientação Psico-Pedagógica (COPP) cujas atribuições incluíam a investigação, diagnóstico e avaliação psicológica, a realização de exames psicotécnicos e a selecção e orientação profissional de candidatos para diferentes ocupações ou áreas de trabalho, por um lado, e o acompanhamento e apoio psicopedagógico dos professores e alunos nas escolas, incluindo o exame e o despiste de crianças com dificuldades de aprendizagem ou problemas emocionais, por outro. Na mesma altura, o MEC, pela Portaria n.º 29/76, cria o Curso de Ciências da Educação, cuja missão era formar, a nível superior, técnicos para exercerem funções nos domínios da planificação da educação, desenvolvimento de currículos, orientação escolar, entre outros. Tanto o COPP como o Curso de Ciências da Educação tinham sido adstritos à UEM. O Curso de Ciências da Educação foi, desde o

<sup>33</sup>Antigo estudante da Universidade de Lourenço Marques, Professor Catedrático Jubilado do Departamento de Geografia, Faculdade de Letras e Ciências, Universidade Eduardo Mondlane.

início, inserido na Faculdade de Letras da UEM, cabendo a sua gestão ao então Departamento de Ciências da Educação.

Resultante da fusão entre o Centro de Orientação Profissional Victor Ribeiro e o Centro de Estudos de Psicologia, que haviam sido abandonados pelos respectivos proprietários ou patrocinadores, logo após a independência, até finais de 1977, o COPP funcionou como uma unidade tutelada da Universidade. Não obstante possuir recursos humanos qualificados (na sua maioria estrangeiros, com o estatuto de cooperantes) e meios materiais e bibliográficos consideráveis, em 1978, o Reitor da Universidade anunciou a extinção do COPP e a divisão do seu património em duas partes: parte do espólio (incluindo o edifício e os equipamentos científicos) destinado a apoiar a investigação e avaliação psicológica, bem como os instrumentos usados nos exames psicotécnicos passou para o Ministério da Saúde; os investigadores, assistentes de investigação, o CTA e o espólio bibliográfico do Centro foram integrados na Faculdade de Letras, com a orientação de apoiarem esta Faculdade na formação de professores para o ensino secundário, então definida como tarefa prioritária.

Considerando o elevado número de estudantes e de cursos de formação de professores espalhados em diferentes unidades académicas da UEM e ainda outros por criar e havendo necessidade de coordenar e racionalizar o uso do limitado número de docentes qualificados em matéria de formação de professores, em meados de 1980, a direcção da Universidade nomeou uma Comissão Instaladora da Faculdade de Educação, com a tarefa de estudar e sistematizar a experiência adquirida e propor, em estreita coordenação com as várias faculdades envolvidas, o modelo de organização curricular e de formação de futuros professores, o respectivo plano de estudo e as condições humanas, materiais, pedagógicas e organizativas da nova Faculdade.

A Faculdade de Educação entrou em funcionamento nas instalações da antiga Faculdade Preparatória, a partir de 1981, com a missão de formar professores para 7<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> classes (nível médio) e para 10<sup>a</sup> e 11<sup>a</sup> classes (nível superior) e de formar técnicos de nível superior para a planificação e administração da educação (Curso de Ciências da Educação). Os cursos de formação de professores (CFP) eram intensivos, residenciais e bivalentes (i.e., combinavam duas disciplinas, sendo uma a principal e outra de apoio) e tinham a duração de 2 anos. Os candidatos aos CFP da 7<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> classes deveriam ter concluído a 9<sup>a</sup> classe e os candidatos aos CFP da 10<sup>a</sup> e 11<sup>a</sup> classes deveriam possuir a 11<sup>a</sup> classe.

Neste período, a Faculdade de Letras e os seus cursos de Letras Modernas, Geografia e História foram encerrados, por se considerarem menos, ou não prioritários para o desenvolvimento do País, e os seus docentes foram maioritariamente enquadrados nos cursos propedêuticos e, mais tarde, na Faculdade de Educação e, bem mais tarde ainda, alguns na Faculdade dos Combatentes e Trabalhadores de Vanguarda.

A Faculdade de Educação veio a ser extinta em 1987, por força da criação do Instituto Superior Pedagógico (ISP), em 1985, então instituição subordinada ao Ministério da Educação e Cultura. Por orientação do então Reitor da Universidade, Rui Baltazar dos Santos Alves, o acervo bibliográfico da extinta Faculdade de Educação, sobretudo aquele que dizia respeito à formação específica dos futuros professores, foi cedido ao ISP. A parte restante, que tinha a ver com a formação em Ciências da Educação, permaneceu na UEM.

Quando se descontinuaram a 10<sup>a</sup> e a 11<sup>a</sup> classes, em 1976, uma parte dos estudantes provenientes das escolas secundárias foi encaminhada para os CFP. Para os albergar, foi criado o Centro 8 de Março, nas instalações do Seminário Maior Pio X, pertencente à Diocese de Maputo da Igreja Católica. No ano da sua abertura, o Centro 8 de Março acolheu 121 estudantes.

Em 1992, o Centro 8 de Março viria a ser encerrado e as instalações devolvidas à Igreja Católica, num acto que fazia parte das iniciativas de reaproximação e reconciliação entre a Igreja Católica e o Governo que, por sua vez, eram parte do processo mais amplo de reconciliação e pacificação do País. Neste âmbito, 224 estudantes<sup>34</sup> residentes nesse ano no Centro 8 de Março foram transferidos para as instalações pertencentes à Escola Central do Partido Frelimo, na cidade da Matola. Vivia-se, então, a guerra hoje designada “guerra dos dezasseis anos”.

Foram muitas e variadas as formas de apoio e participação da Universidade noutros níveis de Ensino. “Em todas as faculdades, departamentos e centros de estudo da UEM foram tomadas iniciativas por meio de estudos, produção de textos e material didáctico e educativo para apoiar directamente os diversos graus e níveis de ensino e educação.

---

<sup>34</sup> Os 224 estudantes foram receptivos à ideia de passarem para Matola, 46 optaram por um suplemento da bolsa de estudos e 36 não responderam de imediato por se encontrarem de férias, segundo as informações do antigo Director de Centro, Nkoleka Chilopola. *Jornal Notícias. Estudantes universitários deixam Centro 8 de Março*. 18 de Janeiro de 1992. Mozambique History Net.

Por exemplo, na Faculdade de Agronomia, fizeram-se trabalhos com utilidade para o ensino sobre plantas nutritivas e melhoramento de culturas como a do amendoim; na Faculdade de Biologia, fizeram-se estudos sobre a Flora de Moçambique que constituíram material de base para o ensino das ciências da natureza; na Faculdade de Letras, o Departamento de Geografia elaborou Atlas e mapas para o ensino secundário e o Livro de Geografia da República Popular de Moçambique; o Departamento de Letras Modernas fez o levantamento de vocabulário de base do português falado em Moçambique; o Departamento de História estabeleceu as bases para a elaboração de um Manual de História de África (em 1976) e de textos de História Contemporânea para o ensino secundário; a Faculdade de Veterinária produziu materiais de estudo sobre pecuária; o Centro de Ecologia participou na Campanha Nacional das Queimadas; a secção de arqueologia do Instituto de Investigação Científica de Moçambique produziu textos como sobre a Origem do Homem; O TBARN<sup>35</sup> desenvolveu ou colaborou com a Comissão de Textos da Direcção Nacional de Educação para o ensino de Português e da História no Manual de História da 4ª classe, no Curso de Audiovisuais e Artes Gráficas do Ensino Técnico, nos cursos de formação e reciclagem dos técnicos dos Ministérios da Educação, Saúde, Obras Públicas e Habitação e outros, na reestruturação do programa do curso de formação para adultos, e no material didáctico de formação de quadros da Direcção Nacional de Educação; o Centro de Orientação Psicopedagógica, desenvolveu actividades de orientação dos alunos da 9ª classe e sua distribuição pelos diferentes sectores e ramos de ensino; o Arquivo Histórico de Moçambique, cujo fundo documental o torna em “memória do país”, constitui fonte permanente e inesgotável de material educativo para o ensino e educação, bem como o Museu Nacional da Moeda (criado mais tarde), com as subsecções de Numismática, Notafilia e Medalhística e o Museu Histórico Militar; o Museu de História Natural é, igualmente, uma fonte de materiais educativos e didácticos utilizados nos vários níveis de ensino<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> Técnicas Básicas de Aproveitamento dos Recursos Naturais, criado em 1976, no Campus Universitário da UEM.

<sup>36</sup>AHM. UEM. Fundo: Gabinete do Reitor. Secretaria dos cursos Propedêuticos de Ciências. Relatório sobre os cursos, o período experimental e o primeiro período do curso de propedêutico de ciências de 1977, cota 40.

## 16. Os cursos criados para expandir o acesso ao ensino superior

### 16.1. A Faculdade dos Combatentes e Trabalhadores de Vanguarda

A UEM criou, em 1983, a Faculdade dos Combatentes e Trabalhadores de Vanguarda<sup>37</sup> (FACOTRAV), cuja missão foi admitir trabalhadores e ex-combatentes que se distinguiam na sua experiência profissional e de vida, ainda que não possuíssem formalmente equivalência ao nível pré-universitário. As Directivas Económicas e Sociais do III Congresso do Partido Frelimo definiram que a UEM devia criar, até 1978, dentro da própria universidade, cursos para trabalhadores seleccionados segundo critérios políticos e de competência profissional, para uma rápida elevação dos seus conhecimentos e capacidades, a fim de poderem assumir funções de direcção da economia e da sociedade. O acesso a esses cursos devia ser aberto para integrar trabalhadores com habilitações equivalentes à 6ª classe.

Em cumprimento dessas decisões, no dia 10 de Setembro de 1979, iniciou-se o 1º Curso de Gestão de Empresas, que funcionou na Faculdade de Economia a tempo inteiro. Os resultados satisfatórios do curso, cuja duração foi de dois anos e meio, permitiram o início, em 1981, do 2º curso de gestão, embrião do que veio dois anos depois, a ser o 1º Curso da FACOTRAV. Assim, nasceu esta Faculdade, para permitir que combatentes, operários e camponeses com um nível mínimo de 6ª Classe, frequentando, a tempo inteiro, alcançassem o nível médio e pudessem ser admitidos ao ensino superior.

A FACOTRAV acolheu estudantes com a idade mínima de 25 de anos, com pelo menos cinco anos de serviço, cujos empregadores se encarregavam de prestar informações quanto à participação e comportamento na produção dos estudantes-trabalhadores. Os candidatos eram submetidos a testes-diagnóstico, de forma a se testar a sua aptidão para o curso. A ausência de antigos combatentes e de estudantes do sexo feminino entre os estudantes e graduados tornaram-se alguns dos problemas da Faculdade. Adicionalmente, enquanto a UEM assumia responsabilidade pela formação académica dos estudantes, os antigos combatentes queixavam-se da falta de alojamento junto a sua Secretaria do Estado<sup>38</sup>. A experiência da FACOTRAV viria a ser descontinuada em 1992.

---

<sup>37</sup>Aprovado o Decreto n.º 19/1976, de 18 de Maio, sobre a formação de quadros política e tecnicamente capazes de assegurar o desenvolvimento harmonioso das forças produtivas em Moçambique.

<sup>38</sup> HENRIQUE, Arnaldo. FACOTRAV: antigo combatente está ausente. In: **Revista Tempo**, p. 6 -7, 20 de Agosto de 1989.

## **16.2. Os cursos de desenvolvimento**

O Centro de Estudos Africanos começou a oferecer um Curso de Desenvolvimento, em 1979, do qual houve três edições e 26 graduados. Neste curso, ingressaram bacharéis e outros quadros da administração pública que já possuíam experiência profissional. O curso teve como objectivos a formação e preparação dos estudantes para o estudo e análise da realidade sócio-económica moçambicana: permitir aos estudantes uma melhor e mais profunda ligação da teoria à prática, para os estudantes que eram afectos a projectos de investigação seleccionados pela sua importância para a planificação do desenvolvimento do País e reforçar a relação entre a universidade e as necessidades do Partido FRELIMO e do Governo. Era um curso em tempo parcial, para permitir que os estudantes-trabalhadores pudessem manter a sua actividade normal.

## **16.3. O BUSCEP**

A UEM criou, também, o BUSCEP (*Basic University Science Courses Experimental Project*), um conjunto de cursos de ciências básicas, Matemática, Física, Química, Geologia e Biologia, destinados a recuperar e reforçar os conhecimentos dos estudantes nas ciências naturais, nucleares para o ingresso em cursos de Engenharia e de Ciências. Estes cursos beneficiaram do apoio científico, organizacional e financeiro do Governo dos Países Baixos e faziam parte de uma rede de cursos similares oferecidos em universidades do Botswana, Suazilândia e Lesotho, também com apoio dos Países Baixos.

## **16.4. As disciplinas da educação política**

A Universidade introduziu, a partir de 1977, disciplinas obrigatórias de educação política em Materialismo Dialéctico e Histórico, Economia Política e História da FRELIMO, as quais deveriam ser leccionadas em todos os cursos universitários. Para a sua leccionação, foi criada uma Faculdade de Marxismo-Leninismo. A qualidade dos programas e das aulas dessas disciplinas ficaram muito aquém das expectativas, as disciplinas foram geralmente mal recebidas pelos estudantes e o seu ensino obrigatório acabou sendo descontinuado em 1992, aquando de novo processo de revisão curricular.

## **16.5. A Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS)**

No início dos anos 1990, com a nova Constituição multipartidária e a perspectiva de paz decorrente das negociações de Roma, com vista a pôr termo ao conflito armado com a

Renamo, anunciavam-se novos desafios de desenvolvimento para o País. Foi nesse contexto que, sob direcção do então Reitor da UEM, Prof. Doutor Narciso Matos, viria a ser criada a Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS), para formar quadros em novas especialidades que pudessem contribuir para o desenvolvimento social e económico. Assim, em 1995, a UFICS iniciou o ensino com um ciclo de bacharelato comum em ciências sociais, dando acesso, a partir de 1998, a um ciclo de licenciaturas especializadas nas áreas de Antropologia, Sociologia, Administração Pública e Ciência Política. No ano de 2003, a UFICS e a Faculdade de Letras foram agrupadas numa única unidade, dando origem à actual Faculdade de Letras e Ciências Sociais.

## **17. A inspiração para as reformas na UEM**

Talvez se deva procurar na experiência da FRELIMO a raiz de algumas transformações ocorridas na Universidade, no período imediatamente pós-independência. Em 1970, Samora Machel salientou o seguinte, na II Conferência do Departamento de Educação e Cultura da FRELIMO: “A tarefa principal da educação é permitir-nos progredir no processo revolucionário. A educação deve preparar-nos para assumir a nova sociedade e as suas exigências. A educação deve dar-nos uma personalidade moçambicana que, sem subserviência alguma, assumindo a nossa realidade, saiba, em contacto com o mundo exterior, assimilar criticamente as ideias e experiências de outros” .

As Actividades de Julho e a participação dos universitários em jornadas de trabalho voluntário foram expressões inequívocas da participação da Universidade em trabalhos de reconstrução nacional e da ligação entre o estudo e o trabalho, que fazia parte da ideologia da libertação.

As visitas de estudo, os estágios de estudantes em lugares de trabalho, os estudos e propostas da universidade para responder a problemas específicos da produção, foram formas mais estruturadas e permanentes de ligação estudo-trabalho. O impacto da ligação estudo-trabalho revelou-se, principalmente, nos conteúdos da docência, investigação e extensão da Universidade.

A Universidade respondia, também, por meio das suas reformas internas, ao chamamento para contribuir para a correcção dos desequilíbrios sociais, económicos e regionais no País. Membros da Universidade contribuíram, individualmente, para a mitigação desses desequilíbrios. Algumas faculdades, mais do que outras, iniciaram actividades para além dos limites geográficos de Maputo e da universidade do passado.

Por exemplo, a Faculdade de Agronomia iniciou actividades em Machipanda, na Província de Manica e no Chókwè, na Província de Gaza. A Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico envolveu-se nos estudos sobre a criação do novo ordenamento territorial no País.

A Universidade expandiu a capacidade das residências universitárias para acolher estudantes provenientes de outras regiões do País, assim como o apoio financeiro aos estudantes por meio de bolsas de estudo. Da universidade, saiu um número sempre crescente de graduados, numa primeira fase, bacharéis, que foram trabalhar directamente nas frentes de reconstrução nacional, incluindo nas forças de defesa e segurança.

## **18. A gestão e autonomia da universidade**

Resultando da confiança do Partido Frelimo e do Governo, mas também da personalidade própria do Reitor Fernando dos Reis Ganhão, a Universidade obteve e manteve, desde a independência, um grau significativo de autonomia académica e científica.

A Universidade fazia, internamente, as opções e decisões de criação de faculdades e cursos, de ligação do ensino universitário à sociedade, de estabelecimento de relações com universidades de outros países, incluindo até países ocidentais e, após 1994, relações com a África do Sul. Naturalmente, essas opções e decisões foram no quadro da orientação política de Moçambique, determinada pelo Partido Frelimo.

O Reitor Fernando Ganhão dirigia a Universidade por via das sessões periódicas do Conselho Universitário, mas, também, pelas reuniões e despachos que concedia aos directores das faculdades e dos departamentos autónomos e dos centros de investigação que foram criados ou agregados à estrutura orgânica da universidade.

Sendo um dirigente nomeado e da confiança do Partido FRELIMO e do Governo, como já se referiu, era por intermédio do Reitor que o poder exercia as suas vontades na Universidade. Raramente, ou nunca, o poder político exercia o seu poder sobre a Universidade por qualquer outra via ou directiva que ignorasse os órgãos e a autonomia da instituição.

## **19. As Relações entre o Governo e a Universidade**

Na verdade, houve factos que revelavam os limites da autonomia acima referida. Um desses factos foi o encerramento da Faculdade de Direito, em 1983, sem qualquer

discussão ou deliberação do Conselho Universitário ou qualquer órgão dirigente da Universidade. Esse encerramento resultou de uma decisão tomada fora da Universidade e anunciada pelo Presidente Samora Machel, numa sessão da Assembleia Popular.

Outro facto revelador dos limites da autonomia da Universidade foi a criação, em 1985, através do Diploma Ministerial n.º 73/85, de 4 de Dezembro, do Instituto Superior Pedagógico, hoje Universidade Pedagógica. Esta decisão foi completamente divorciada e não coordenada com a Faculdade de Educação que, até então, e por mais alguns anos, continuou a formar professores para o ensino secundário. Também, não houve coordenação com a Faculdade de Ciências e de Biologia que, até um passado recente, haviam oferecido, nas suas fases terminais, opções ou especializações para o ensino secundário. Foi patente que a Universidade e, provavelmente, também o seu Reitor, foram ignorados ao tomar essa decisão, pese o potencial que estes possuíam de contribuir positivamente para a formação de professores, qualquer que fosse a modalidade adoptada.

O desenvolvimento dos cursos e da pesquisa no domínio das ciências sociais e humanas revelou, também, a mão limitadora do poder externo e acima da Universidade. Desde 1975 até ao início dos anos 90, a UEM limitou os seus estudos e pesquisa em ciências sociais e humanas aos cursos de letras, história e geografia. Não foi casual que cursos como Ciência Política, Sociologia, Antropologia e outros só viessem a nascer na UEM, já depois de 1993, com a criação da Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS). Tal como o curso de Direito e as Ciências Jurídicas, foi por decisão externa à Universidade que esses domínios do conhecimento não foram antes encorajados nem desenvolvidos. Receava-se que essas faculdades pudessem formar contestatários ou opositores ao poder estabelecido.

Mas, também, há factos que revelam que, essencialmente, a existência e fortalecimento da Universidade correspondiam às intenções do Governo. Foi o período em que os salários dos funcionários públicos eram baixos e sofriam os efeitos combinados de uma inflação e de uma desvalorização severa do Metical, que resultava da quebra acentuada da produção e da produtividade e dos custos da guerra contra a Renamo, apoiada pela Rodésia do Sul e, mais tarde, directa e abertamente pela África do Sul, assim como do isolamento de Moçambique dos mercados financeiros internacionais. Como afirmação da prioridade da Universidade, nesse período de carências e de fome, o Governo decidiu duplicar os salários dos docentes universitários e dos médicos e

atribuir-lhes um subsídio mensal de 750 dólares americanos que, na época, era de grande valor e estímulo para os beneficiários. Os docentes universitários e os médicos recebiam, também, “senhas de abastecimento”, que lhes davam acesso às “lojas especiais”, onde podiam comprar produtos alimentares e outros bens básicos que não eram vendidos ao público em geral, i.e., nas “cooperativas”, “lojas do povo” ou no mercado em geral.

## **20. Reflexo na universidade do “escangalhamento”<sup>39</sup> do Estado Colonial**

Conclui-se, pois, que, provavelmente porque a Universidade era especial, em grande medida removida e protegida do dia-a-dia da sociedade em geral, o “escangalhamento” do aparelho de Estado colonial teve, na Universidade, características também especiais. Os ajustamentos que ocorreram foram em grande medida orgânicos, por exemplo: criaram-se comissões de gestão com docentes, estudantes e membros do Corpo Técnico e Administrativo, porque as direcções académicas procuravam identidade e legitimidade no novo Moçambique; deixaram de existir o Senado Universitário, porque os seus anteriores componentes deixaram o País e não havia experiência ou consciência/sentimento da necessidade de tal órgão.

Parece que, na Universidade, o aparelho de gestão não foi “escangalhado”. Um novo modelo de gestão e governação universitária emergiu do vazio que se criou na transição para a independência nacional, assente na experiência de poucos e na “militância” de muitos.

Os conteúdos de currículos e planos de estudo, para além do resultado de revisões curriculares, ou talvez como consequência daquelas, ajustaram-se ao que foi percebido como prioridades nacionais.

As fontes de financiamento da Universidade mudaram radicalmente, na medida em que esta passou a ser apoiada pelo Governo moçambicano e por aqueles países e organizações que haviam apoiado a luta de libertação nacional: os países socialistas, os países nórdicos, alguns países ocidentais como os Países Baixos e Itália, entre outros.

## **21. Os desafios da UEM no início da década de 1990**

A UEM tinha iniciado, desde a proclamação da independência nacional e, em grande medida, estava envolvida e dando continuidade a actividades que a ajustavam ao novo

---

<sup>39</sup> Terminologia usada no período de transição para a independência nacional.

Moçambique. Na formação de estudantes, tinham-se criado novos cursos e tinham sido feitas revisões curriculares.

Na produção científica e aplicação de resultados, estavam em curso novas direcções e iniciativas de investigação científica, extensão universitária e parcerias com o sector produtivo.

Na admissão de estudantes, tinha-se transformado profundamente a nacionalidade, origem geográfica, social e económica dos estudantes, nessa altura já maioritariamente provenientes de moçambicanos pobres e trabalhadores.

No recrutamento e formação de docentes e investigadores, havia já um número significativo, talvez já maioritário, de moçambicanos em posições de liderança em todos os níveis e sectores de gestão universitária.

No relacionamento com parceiros nacionais e estrangeiros, a UEM estava já virada à cooperação e recebia apoios dos países socialistas, de países ocidentais que tinham apoiado a luta de libertação, de alguns países africanos (Guiné-Conacri, Gana, Senegal, por exemplo), de Cuba, de emigrantes do Chile e do Brasil, entre outros, de agências de cooperação de países como Suécia, Itália, Países Baixos, Estados Unidos da América e Canadá.

Todavia, neste período, a Universidade, como aliás o País inteiro, enfrentava desafios consideráveis como as severas restrições financeiras derivadas da grave situação da economia de Moçambique, por sua vez resultante de factores como a guerra contra a Renamo, apoiada pela Rodésia e pela África do Sul; o isolamento e boicote internacional promovidos pelos países ocidentais que, mais radicalmente, se opunham à orientação socialista de Moçambique, e viam a guerra em Moçambique como uma frente da luta contra a expansão do comunismo, e apoiavam, por isso, a África do Sul e a Rodésia e as intervenções directas e indirectas destes países contra Moçambique, Angola e a luta de libertação na África Austral; insatisfação dos estudantes com as bolsas de estudo, as condições das residências estudantis, alimentação e transportes; a insatisfação do CTA com os baixos salários e as raras oportunidades para a sua formação (os estudantes e, mais tarde, o CTA, paralisaram as aulas como forma de demonstrarem a sua insatisfação pela não resolução dos seus problemas); a insegurança das instalações e equipamentos, sujeitos a roubos e vandalização, assim como a incapacidade da universidade para investir no melhoramento dos laboratórios, bibliotecas, salas de aula, equipamentos e nas condições gerais de ensino e de pesquisa e de extensão; a falta de acolhimento e apoio

condigno em acomodação, transporte e, no caso de docentes de Cuba, até mesmo alimentação; o apoio insatisfatório aos docentes de várias nacionalidades e orientações políticas (os “cooperantes”), que asseguravam, no essencial, os processos de docência e investigação nas faculdades e centros de investigação; a pobreza e carências gerais prevaletentes, de que derivou a oposição, quase generalizada, à elevação das propinas e emolumentos (os estudantes e suas famílias, e a sociedade em geral, esperava e julgava-se no direito de beneficiar de ensino gratuito ou em grande medida subsidiado).

## **22. A formação de docentes**

A formação do corpo docente foi, desde cedo, uma prioridade da UEM, ganhando, no entanto, mais dinamismo à medida que as condições internas da Universidade permitiam conciliar as necessidades de formação pós-graduada dos seus docentes fora do País, com a continuidade do processo académico na instituição.

Nos primeiros anos após a independência nacional, a UEM dispunha de muito poucos docentes moçambicanos, em grande parte absorvidos em tarefas de gestão e de ensino, sobrando-lhes pouco tempo para se dedicarem à pesquisa e continuidade da sua formação. Muitos dentre eles, só mais tarde, alguns já perto dos quarenta anos de idade, puderam prosseguir os seus programas de doutoramento. Ao mesmo tempo, esta geração de docentes foi concebendo os programas de recrutamento e formação de novos docentes, começando por encorajar jovens estudantes a abraçarem a docência, iniciando-se como monitores. Alguns vieram a beneficiar de oportunidades de formação, muitas vezes logo depois de terminarem a sua formação inicial na UEM.

Inicialmente, os docentes foram estudar na União Soviética, República Democrática Alemã, Checoslováquia, Cuba e noutros países, nessa época pertencente ao bloco socialista. Estes países apoiaram a luta pela independência e tinham acordos de cooperação com Moçambique. Pretendia-se, também, que os docentes conhecessem os sistemas educacionais e criassem vínculos com docentes, investigadores e as instituições de países então considerados aliados naturais de Moçambique.

Na segunda metade dos anos 80, a orientação política e as relações internacionais de Moçambique estavam em mudança e, nesse contexto, surgiam oportunidades de formação em países ocidentais. Essas oportunidades aumentaram significativamente com o programa de capacitação institucional financiado pelo Banco Mundial, o que contribuiu para a diversidade de países onde os docentes moçambicanos eram formados.

Alguns países escolhidos para estudos aos níveis de mestrados e doutoramentos foram Portugal, França, Países Baixos, Suécia, Reino Unido, EUA, Itália, Brasil e Austrália. Também, foram enviados docentes para África do Sul e Zimbábue. A Tabela 7 ilustra a progressão de docentes entre 1990 e 1995.

**TABELA 7 - Progressão anual de docentes em formação ou detentores de graus de bacharel, licenciado e doutor entre 1990 e 1995**

Faculdade	Nacionais		Estrangeiros	Total	Porcentagem de estrangeiros
	Activos	Em			
Matemática	20	2	13	35	37
Direito	23	-	5	28	18
Ciências	20	5	20	45	44
Engenharia	39	9	20	68	29
Letras	25	16	21	62	34
Economia	17	8	12	37	32
Agronomia	12	13	21	46	46
Biologia	12	2	6	20	30
Medicina	60	6	6	72	8
Veterinária	21	5	14	40	35
Arquitectura	8	-	8	16	50

Fonte: AHM.UEM. Direcção dos Recursos Humanos da UEM.

Estudo da situação actual de computorização e necessidades de computorização na Universidade Eduardo Mondlane. Documento de trabalho para uso interno. Números de docentes nacionais e estrangeiros em Maio 1991: P. 15. Cx.139.

A Tabela 8 mostra a distribuição dos docentes pelas faculdades, direcções administrativas e académicas e outros órgãos da universidade.

**TABELA 8 - Distribuição do corpo docente pelas faculdades e outros órgãos na UEM até Dezembro 1992**

Órgãos	CORPO DOCENTE			Monitores	Sub-Totais
	DTI	DTP	Doc. E.		
Fac. de Ciências	20	6	13	13	52
Fac. de Ciências - Biologia	13	1	7	15	36

Órgãos	CORPO DOCENTE			Monitores	Sub-Totais
	DTI	DTP	Doc. E.		
Fac. de Ciências – Outros	34	15	16	-	65
Faculdade de Veterinária	20	12	10	1	43
Fac. de Arquitectura	5	2	8	5	20
Fac. Agr. Eng. Florestal	30	-	13	12	55
Faculdade de Letras	41	11	8	3	63
Faculdade de Economia	18	8	-	11	37
Faculdade de Direito	7	20	4	4	35
Faculdade de Engenharia	57	35	12	23	27
Faculdade de Medicina	16	71	2	23	112
Direcções e Outros Órgãos	36	-	3	3	42
<b>Totais</b>	<b>297</b>	<b>181</b>	<b>96</b>	<b>113</b>	<b>687</b>

Fonte: AHM.UEM. Direcção dos Recursos Humanos da UEM. Resumo do Corpo Docente Referente ao Período até 31 de Dezembro de 1992. Cx.139. Estatísticas sobre corpo docente (2-Senestre/92-DRH). 1992. Cx. 139. Legenda: Doc. E: Doc. Estrangeiros.

No apoio à formação do corpo docente, é de destacar o apoio financeiro de alguns países e o estabelecimento de cooperação académica com universidades como as dos Países Baixos (Groningen, Universidade Livre de Amsterdão, Twente, Utrecht, Wageningen, Leiden e Delft), Itália (Pizza, Vicenza, Sapienza), Portugal (Porto, Lisboa, Coimbra, Instituto Superior Técnico), Suécia (Estocolmo, Gothemburg e Lund), EUA (Minnesota, Michigan, Cornell), Reino Unido (Aberta de Londres, Escola de Estudos Africanos e Orientais, Escola de Higiene e Medicina Tropical), República Democrática Alemã (Humboldt, Dresden, Leipzig, Magdeburg, Freiburg, Güstrow).

### 23. O desenvolvimento da pesquisa

Sem subestimar a inestimável contribuição dos docentes estrangeiros, sobretudo dos cooperantes provenientes dos países socialistas, geralmente mais qualificados academicamente, a pesquisa científica na UEM desenvolveu-se à medida que crescia a qualificação dos docentes e técnicos moçambicanos.

A capacidade e organização internas da pesquisa científica na universidade, faculdades, departamentos e centros cresceu, também, de modo gradual, conforme atestado neste parágrafo: “é preciso estudar a criação de um órgão de planificação que

orientar e regulamentar o trabalho de pesquisa científica na UEM. Esse órgão devia ter a preocupação de estabelecer a ligação e coordenação com sectores de actividade exteriores à Universidade, promover a divulgação e intercâmbio de experiências científicas, inventariar os recursos materiais não utilizados, fazer o levantamento dos trabalhos de investigação e dos projectos já elaborados, e estabelecer a coordenação entre os diferentes sectores da UEM com vista à utilização racional dos recursos e materiais e à implementação da futura investigação multidisciplinar”. Cedo, também, se tomou consciência da ligação entre investigação científica e formação do corpo docente, assim como a importância do relacionamento com universidades e centros de pesquisa de outros países, concluindo-se o seguinte: “A investigação está estreitamente relacionada com a formação do corpo docente moçambicano. Este é, na sua maioria, constituído por recém-formados, sem experiência profissional ou científica ... deverá ser também dinamizado o intercâmbio de informação científica com universidades de outros países e estabelecidos acordos de cooperação no domínio da pesquisa científica, o que contribuirá para abrir novas perspectivas em relação ao trabalho de investigação”<sup>40</sup>. Ainda que geralmente associada à formação dos docentes, a pesquisa científica cedo começou a ser desenvolvida.

Os programas de mestrados e doutoramentos, fossem os realizados em regime sanduíche, ou com períodos de formação integralmente realizada no estrangeiro, eram invariavelmente baseados em linhas e programas de pesquisa identificadas e iniciadas em Moçambique.

As AJUs e AJAs incentivaram a ligação entre pesquisa e os problemas identificados nos sectores sociais e de produção em que os docentes realizavam as suas actividades. Algumas, se não todas as faculdades, desde cedo começaram a realizar jornadas científicas estudantis e jornadas científicas para os seus docentes, investigadores e profissionais externos com que havia relacionamento. Durante o período, continuou-se ou começou-se a publicar revistas como a Revista das Engenharias e Ciências, a *Construir*, a revista *Estudos Moçambicanos*, do Centro de Estudos Africanos, a *Arquivo do Arquivo Histórico de Moçambique*, entre outras.

---

<sup>40</sup>AHM. UEM. Fundo: Gabinete do Reitor. I Reunião Geral de Militantes. Relatório do Grupo Dinamizador de Círculo. Maputo. 15 a 16 de Abril de 1978. Cx. 212. P. 14 e 15.

No início da década de 1990, a UEM começou a publicar, no seu Relatório Anual, os títulos dos principais trabalhos de pesquisa em curso, com as respectivas linhas de cooperação e de financiamento.

A UEM investia na formação e pesquisa realizada pelos seus docentes, assegurando-lhes, essencialmente, as remunerações e, na medida possível, as infraestruturas e condições logísticas. Complementavam o apoio a formação e pesquisa agências como a Agência Sueca para Cooperação de Pesquisa e Económica (SAREC), que se distinguiu no apoio as áreas de Medicina Humana, Ciências Sociais, Engenharia e Ciências Naturais. A Fundação Ford, no apoio à História e Arqueologia. A Cooperação Italiana apoiou, principalmente, a Agronomia e Silvicultura e a Arquitectura e o Planeamento Físico. A *Fullbright* apoiou a formação nos EUA em áreas escolhidas pelos docentes beneficiários.

No início do ano lectivo 1993/1994, dos 121 trabalhos de pesquisa científica em curso na UEM, 31% dos projectos em curso, ou seja 28, constituíam componentes de programas de pós-graduação de docentes, sendo 10 ao nível de mestrado e 17 ao nível de doutoramento, conforme a Tabela 9.

**TABELA 9 - Principais Projectos de Investigação nas Faculdades e Centros da UEM no ano lectivo de 1993/1994**

<b>Faculdade</b>	<b>T</b>	<b>C</b>	<b>A</b>	<b>S</b>	<b>M</b>	<b>D</b>	<b>O</b>	<b>IE</b>
Agronomia	21	2	-	19	1	2	16	38
Arquitectura	5	2	-	3	-	-	3	12
Ciências	21	5	2	14	5	5	4	25
Economia	3	-	-	3	-	-	3	5
Engenharia	12	3	5	4	-	3	1	11
Letras	21	3	4	14	1	4	9	23
Medicina	11	-	-	11	1	1	9	10
Veterinária	14	6	-	8	-	1	6	22
Arq. Histórico	5	-	-	5	-	-	5	6
C.E Africanos	4	-	-	4	-	1	3	8
C. Informática	3	-	-	3	-	-	3	6
D. Finanças	1	-	-	1	1	-	-	1
<b>Total</b>	<b>121</b>	<b>21</b>	<b>11</b>	<b>89</b>	<b>10</b>	<b>17</b>	<b>62</b>	<b>167</b>

Fonte: AHM. UEM. Direcção dos Recursos Humanos. Relatório Anual, 1993-1994. Maputo. Outubro de 1994, p.36. Legenda: T: Total; C: Concuídos; A: Abandonados; S: Subtotal; M: Mestre; D: Doutor; O: Outros; IE: Investigadores Envolvidos.

## **24. A génese de instituições de investigação e sua afiliação à universidade**

### **24.1. O Centro de Estudos Africanos**

O Instituto de Investigação Científica de Moçambique (IICM) foi criado em 1955, através do Decreto n.º 40:078, de 2 de Abril, com a missão de, ao nível da então província de Moçambique, ser um centro de investigação das várias ciências, de arquivo e documentação e de formação (FERNANDES, 2011). O IICM era uma instituição autónoma subordinada ao Ministério do Ultramar, através do Governo-Geral e da Junta de Investigação do Ultramar e devia desenvolver investigação científica, tecnológica, económica e sociológica, para contribuir para o desenvolvimento económico e social da província e do continente africano em geral, através do estudo de problemas locais (*Ibidem*, 2011).

Em 1975, imediatamente após a Independência, no processo de constituição, organização e definição de responsabilidades do primeiro Governo, o IICM e o AHM foram colocados na dependência do Reitor da Universidade. Gradualmente, estas instituições foram sendo integradas na estrutura orgânica da UEM. Nos meses que se seguiram à Independência, o IICM foi repensado como um instituto de estudos de desenvolvimento pluridisciplinar, articulando vários centros de investigação: o Centro de Estudos Africanos (CEA), dedicado aos estudos históricos, sociais e económicos de Moçambique e África Austral; o Centro de Ecologia (CE), dedicado a questões relativas ao meio ambiente; o Centro de Técnicas Básicas para o Aproveitamento dos Recursos Naturais (TBARN), dedicado ao desenvolvimento e promoção de tecnologias simples para a melhoria das condições de vida e de produção da população rural; e o Centro de Estudos de Comunicação (CEC), dedicado à divulgação de informação científica e outra para o desenvolvimento.

O crescimento desequilibrado destes Centros e a dificuldade de estabelecer um programa de real colaboração entre eles, levou a que fosse decidida a extinção do IICM, em 1980, tendo-se mantido o CEA como unidade autónoma; uma parte do pessoal do TBARN foi para a Direcção Nacional de Habitação (que tinha um papel importante no processo de promoção das Aldeias Comunais), e o restante pessoal, assim como os membros do CE e do CEC, foram integrados em várias Faculdades da UEM.

Embora tenha herdado a componente de pesquisa social do IICM, a inspiração para o Centro de Estudos Africanos veio do Centro de Estudos Africanos, criado em

Lisboa, em 1951, por iniciativa de estudantes originários das colónias portuguesas em África, como, por exemplo, Amílcar Cabral, Francisco José Tenreiro e Mário Pinto de Andrade<sup>41</sup>(CRUZ e SILVA e SOUTO - no prelo). Idealizava-se um centro de investigação que estabelecesse os alicerces para uma escola de Ciências Sociais em Moçambique, para o que o Reitor, Fernando dos Reis Ganhão, convidou Aquino de Bragança, um jornalista e académico, para primeiro Director do CEA. Convidou, também, Ruth First, uma investigadora, intelectual e lutadora *anti-Apartheid* que, mais tarde, veio a ser a Directora Científica e grande impulsionadora da actividade de pesquisa. Nesta fase inicial, juntaram-se ao Centro recém-graduados do curso de História da Universidade Eduardo Mondlane, assim como outros investigadores seniores recrutados no exterior, alguns dos quais tinham tido contactos com Fernando dos Reis Ganhão e com a Frelimo na Tanzânia, enquanto trabalhadores da Universidade de Dar-es-Salaam. Eram activistas anti-imperialistas envolvidos em lutas anti-coloniais e anti-Apartheid e de apoio aos movimentos de libertação nacional (FERNANDES, 2011). São os casos de Jaques Depelchin, Ana Maria Gentili, Robert Davies, Dan O'Meara, Marc Wuyts, Bridget O'Laughlin, David Wield, Alpheus Manguenzi, Albie Sachs, entre outros. Devido ao seu activismo contra o Apartheid, alguns investigadores do CEA foram assassinados ou sofreram tentativas de assassinado pelos serviços secretos da África do Sul.

O prestígio dos investigadores e a forte ligação do centro com o poder político<sup>42</sup> permitiram ao CEA mobilizar financiamento para as suas actividades de pesquisa e fazer uma gestão autónoma dos seus fundos. O CEA foi fundamental na pesquisa social aplicada relevante para a resolução dos problemas de desenvolvimento que o País e a região enfrentavam. Exemplos disso, são os principais projectos de pesquisa desenvolvidos: “A Questão Rodesiana”, uma investigação sobre a economia política do regime de minoria branca da Rodésia, cujo objectivo era de “compreender o desenvolvimento das estruturas coloniais económicas da Rodésia, com o objectivo de distinguir as diferentes classes sociais e facções de classe que emergiram da base colonial” (FERNANDES, 2011, p. 94); “O mineiro moçambicano”, o primeiro projecto de investigação colectivo do CEA baseado no terreno, sobre o fluxo migratório de mão-de-obra moçambicana para a África do Sul e o

---

<sup>41</sup>Este Centro seria encerrado pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado, 1957-1974 (PIDE), poucos anos depois da sua criação.

<sup>42</sup> Aquino de Bragança era um dos conselheiros do Presidente Samora Machel.

estudo do desemprego na Cidade de Maputo, encomendado pelo Governo, para perceber a dinâmica do desemprego e da migração rural-urbana.

O CEA desempenhou um papel importante no desenvolvimento da pesquisa em ciências sociais, formação de investigadores e quadros do aparelho de Estado, sobre métodos de pesquisa social e conhecimentos sobre economia política. Foi nesse âmbito que, em 1979, o CEA criou o curso de pós-graduação em Desenvolvimento, acima mencionado.

O CEA envolveu-se, também, na pesquisa sobre relações sociais entre mulheres e homens em Moçambique e na inclusão desses estudos nos curricula de graduação e pós-graduação do ensino superior. Impulsionou o surgimento e desenvolvimento de associações de mulheres e do movimento feminista em Moçambique, a modificação e elaboração de políticas públicas e leis não discriminatórias em relação à mulher. Nesse âmbito, um Núcleo de Estudos da Mulher, criado em 1988, viria a ser transformado em Departamento de Estudos da Mulher e Género, em 1990, e, em 2008, foi criado o Centro de Coordenação de Assuntos de Género<sup>43</sup> (CASIMIRO, *et al.* - no prelo).

## 24.2 O Museu da História Natural

O Museu de História Natural (MHN) foi criado em 1913, através da Portaria n.º 1.095<sup>a</sup>, como Museu Provincial, com o nome Museu Álvaro de Castro, por iniciativa do Capitão Alberto Graça, professor da Escola Comercial e Industrial 5 de Outubro, a que o museu ficou agregado. Durante os seus primeiros anos, o museu foi um mostruário de exemplares de animais marinhos, minerais, madeiras e produtos agrícolas. De 1958 a 1974, o museu esteve subordinado ao Instituto de Investigação Científica de Moçambique, o qual veio a ser dirigido pelo Prof. Pedro Alcântara, no processo de sua integração à UEM. Destacam-se as contribuições do Dr. Augusto Cabral, no estudo dos répteis, em especial, das cobras, e da primeira ilustração de borboletas de Moçambique, e do Dr. Travassos Dias, nos estudos de parasitologia e da fauna bravia de Moçambique. Depois deste período, de 1975 a 1976, o museu esteve encerrado para obras de remodelação, findas quais adquiriu o nome actual de Museu de História Natural. Foi inaugurado com este nome no dia 1 de Julho de 1977, pelo Presidente Samora Machel e, a seguir, integrado na estrutura administrativa da Universidade Eduardo Mondlane.

---

<sup>43</sup> O Centro de Coordenação dos Assuntos do Género (CeCAGe) é uma unidade orgânica da Universidade Eduardo Mondlane.

Um marco no desenvolvimento do Museu de História Natural foi a captura de insectos na região de Cahora Bassa, que constitui a maior colecção de insectos do Museu e do País.

No período de 1989-1990, o Museu realizou pesquisa nas áreas marinha, de aves e de museologia. Desenvolveu laços de cooperação com instituições nacionais e internacionais e liderou os processos de levantamento da biodiversidade no País, planificação sistemática das áreas de conservação (terrestre e marinha), definição de áreas prioritárias de conservação e constituição de um biobanco.

Contribuiu para a realização da primeira regionalização biogeográfica em escala nacional de Moçambique no período pós-guerra dos 16 anos, com estudos de dados de espécies de vertebrados terrestres, modelação da distribuição de espécimens - repovoamento de mamíferos terrestres - búfalo africano, propostas de legislação sobre o ambiente, estudos de gestão de ecossistemas e repovoamento de espécies em parques e reservas naturais.

O MHN possui, hoje, uma colecção zoológica com grande variedade de mamíferos, aves, invertebrados, répteis e insectos; uma galeria etnográfica, com peças de carácter diverso relacionadas com actividades humanas nos campos da música, dança, ourivesaria, guerra e instrumentos de trabalho, e uma colecção de esculturas, com bustos representativos da diversidade cultural de Moçambique.

### **24.3 O Arquivo Histórico de Moçambique**

O Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) foi criado em 1934 (Portaria 2:267), ligado à Biblioteca da Repartição de Estatística, com o objectivo de reunir e organizar uma colecção bibliográfica sobre Moçambique. Tornou-se instituição pública em 1939 e, em 1957, passou a subordinar-se aos Serviços de Instrução (Decreto-Lei n.º 41.472), sendo-lhe agregado o então Museu Histórico-Militar na Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, hoje Fortaleza de Maputo. A partir de 1958, o AHM passou a assumir as funções de Arquivo Geral e depósito legal da província (Decreto n.º 42:030) e, em 1971, tornou-se, beneficiário do Depósito Legal da Província de Moçambique, em parceria com a Biblioteca Nacional (Diploma Legislativo 90/71).

Quando Moçambique alcançou a independência nacional, o Arquivo tinha poucos documentos avulsos, com os núcleos fragmentados e tratamento arbitrário e/ou nos serviços de origem. Os seus poucos técnicos qualificados eram portugueses e tinham

deixado Moçambique, deixando o AHM sem profissionais qualificados (COSTA, 1987). Para permitir a criação de infra-estruturas e orientação científica, o AHM foi, em 1976, integrado à UEM, através do Decreto-Lei n.º 26/76.

Sob a liderança da Prof<sup>a</sup>. Doutora Maria Inês Nogueira da Costa<sup>44</sup>, um pequeno grupo de historiados e técnicos ligados à história procedeu à recolha e armazenamento de documentos que se encontravam dispersos em instituições públicas, empresas intervencionadas e companhias sediadas em diferentes pontos de Moçambique. Recolheu, também, documentos que se encontravam em arquivos de países europeus, asiáticos e africanos, como são os casos de Portugal, Itália, Suíça, Índia (Goa), França, Países Baixos e São Tomé (COSTA, 1987). Dessa forma, criou-se o embrião do arquivo histórico nacional.

Mais tarde, em 1979, e com o apoio financeiro da SAREC, o AHM desenvolveu o projecto de “Recolha de fontes orais para a história de Moçambique”. Como resultado, foram recolhidas 650 horas gravadas em 60 cassetes, algumas das quais foram transcritas, traduzidas e postas à disposição para pesquisa (COSTA, 1987; OLIVEIRA, 1987).

O AHM tem um acervo de cerca de 30 mil metros de documentos textuais tratados e postos à disposição para consulta, cerca de 400 mil microfilmes de documentos sobre a história colonial e pós-independência, para além de várias colecções de fotografias e imagens que têm servido de suporte para pesquisas de graduação e pós-graduação feitas por estudantes nacionais e estrangeiros, sobretudo provenientes de universidades dos Estados Unidos da América, Portugal e Brasil (TEMBE, 2016). Entre os fundos arquivísticos mais consultados para estes efeitos, estão os documentos sobre a administração colonial, incluindo os sobre os processos de produção agrícola e exportação de culturas agrícolas, sobretudo do algodão.

Estes documentos têm, também, servido, ao longo do tempo, como base para pesquisa e debates sobre a historiografia moçambicana e dinâmicas de transformação político-económica impulsionados pela “Oficina de História” implementada na década 1980 pelo Centro de Estudos Africanos (FERNANDES, 2011). Parte das pesquisas e debates foram publicadas através da revista “Arquivo”, criada em 1987, pelo AHM e pela revista “Estudos Moçambicanos”, publicada pelo CEA, a partir de 1981. As publicações versavam

---

<sup>44</sup>A Prof<sup>a</sup>. Doutora Maria Inês Nogueira da Costa esteve à frente, em 1976, da integração do AHM na UEM, renovação e projecção pública do Museu da Moeda, bem como na concepção e criação, em 1978, do Museu da Revolução. Foi Directora do Arquivo Histórico de Moçambique.

sobre vários aspectos da vida político-económica do País, incluindo associativismo cultural e político, imprensa colonial, educação e religião nas missões católicas e protestantes, as dinâmicas da produção e comercialização do algodão, dinâmica migratória, relações político-económicas da região austral de África, comércio de escravos, o nacionalismo e as dinâmicas da luta de libertação nacional, entre outros temas (TEMBE, 2016; JAIME *et al.*, 2002).

#### **24.4 O Núcleo de Estudo das Línguas Moçambicanas (NELIMO)**

Durante a colonização portuguesa, as línguas moçambicanas foram relegadas para o segundo plano e banidas dos domínios institucionais. Por línguas moçambicanas, entenda-se “línguas bantu faladas em Moçambique”. Na ideologia colonial, o português tinha o estatuto de língua oficial e tornou-se num dos instrumentos mais importantes da política assimilacionista promovida pelas autoridades coloniais.

Contrariando a política colonial, as missões protestantes usaram as línguas moçambicanas como meio de instrução nas suas escolas e de evangelização nas suas igrejas.

Com o advento da independência, em 1975, iniciou-se um processo sinuoso e, muitas vezes, caracterizado por ambiguidades, recuos e evasivas em direcção à alteração deste estado de coisas. Mas, nos primeiros anos da época pós-colonial, no seio da classe dirigente, reinava a ideia de que a nação moçambicana se edificava somente com base na língua portuguesa, língua de unidade nacional, sendo as línguas moçambicanas vistas como uma ameaça à coesão nacional. Contudo, esta unidade nacional tinha de passar necessariamente pelo respeito pelo plurilinguismo moçambicano. O facto de ser o português a língua oficial, não ia suprimir esta realidade multilingue e multicultural que tem alicerces seculares e que se vai reafirmando ao longo da história de Moçambique (SITOE, 2014).

Nos finais da década 1970, criou-se o NELIMO (Núcleo de Estudo de Línguas Moçambicanas), uma unidade de investigação que se encarregaria de todas as actividades relacionadas com as línguas moçambicanas (FIRMINO, 2011), integrada no então Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Letras, da Universidade Eduardo Mondlane. Teve como um dos seus primeiros impulsionadores o académico polaco Eugéniusz Rzewuski e, nele, estiveram integrados, entre outros, Armindo Ngunga, Aurélio Simango, Bento Siteo, Gregório Firmino, Inês Machungo, Marcelino Liphola e Mateus

Katupha. Este núcleo foi criado num período em que reinava um clima de dúvidas, de desconfianças e de incertezas. Foi a primeira iniciativa de se valorizar e promover não só as línguas moçambicanas, mas, também, as comunidades que falam estas línguas, bem como as suas culturas.

Em 1988, o NELIMO realizou um seminário inicialmente concebido para se debruçar sobre a padronização da ortografia das línguas moçambicanas, mas que, ao longo de um ano de preparação, acabou abarcando a questão linguística em muitas das suas vertentes. Na sessão de abertura deste primeiro seminário, a então Ministra da Educação e Cultura (Graça Machel), no seu discurso, forneceu, para além de uma legitimação, o fundamento para a identificação das línguas e perspectivou o seu uso social.

Em 1989, o NELIMO publicou um amplo relatório dos resultados daquele Primeiro Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas e, no mesmo ano, o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE), uma unidade de investigação do Ministério da Educação, elaborou o Projecto de Educação Bilingue em Moçambique (PEBIMO) (PONSO, 2016). Desde então, o NELIMO e o INDE ficaram ligados no desenvolvimento do ensino bilingue e da promoção do uso das línguas bantu moçambicanas.

Entretanto, o discurso oficial foi reconhecendo o papel das línguas locais como criadoras, veículos e parte integrante da cultura moçambicana genuína, considerada património não só do povo moçambicano, mas de toda a humanidade. A reflexão em torno de ideias como democracia, desenvolvimento, empoderamento das comunidades, etc., iam deixando, cada vez mais claro que, entre outras coisas, era necessário preservar, respeitar e valorizar tudo o que fortalece esta identidade cultural no seio das comunidades, incluindo a língua.

A Constituição da República de Moçambique (CRM) de 1990 e a introdução da democracia multipartidária no País contribuíram para a valorização e utilização das línguas moçambicanas. Na esteira da CRM de 1990, a Constituição de 2004 estabelece que “O Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade” (Art. 9, CRM 2004, p. 3). Isto ampliou a janela até então pequena, mas altamente simbólica, para o uso das línguas moçambicanas.

Hoje, graças à iniciativa da UEM, em termos educacionais, as línguas bantu de Moçambique estão integradas na educação bilingue, no currículo do ensino secundário e no ensino superior. O Governo de Moçambique assumiu a importância tanto do ensino bilingue como do desenvolvimento de políticas públicas que valorizem as línguas moçambicanas em muitas esferas da vida do País.

## **25. O apoio internacional à Universidade**

Neste domínio, merece menção o apoio concedido pela SAREC, agência de cooperação científica sueca, principalmente para as áreas de Ciências Naturais, Engenharias, Ciências Sociais e Medicina Humana. Na SAREC, merece destaque a contribuição e empenho pessoal da Dr<sup>a</sup>. Berit Olson, pelo seu apoio firme, ao longo de várias décadas, ao desenvolvimento da pesquisa e formação na UEM.

A cooperação dos Países Baixos, através da NUFFIC, sua agência de cooperação inter-universitária e apoio a instituições universitárias como a UEM, destacou-se no envio, para a UEM, de docentes holandeses, na intermediação e apoio financeiro as relações entre a UEM e universidades dos Países Baixos, no financiamento de inovações como o BUSCEP, acima referido, assim como as Faculdades de Ciências, Engenharias, Veterinária e Agronomia. Destacaram-se, nessas acções, entre outros, o Dr. Jos Wallenkamp e o Dr. Jan Visser.

A Fundação Ford destacou-se no apoio às Ciências Sociais e Humanas, mormente à História, ao Centro de Estudos Africanos, mas também, à formação psicopedagógica dos docentes, por meio de um Centro de Orientação Psico-Pedagógica (COPP), ao Centro de Informática da UEM (CIUEM), na organização dos serviços de apoio à investigação científica e à docência, ao Arquivo Histórico de Moçambique, no apoio aos serviços sociais do Campus Universitário e da Faculdade de Veterinária. O Dr. Peter Fry foi representante desta fundação e destacou-se, também, pelo seu empenho ao desenvolvimento da UEM e do País.

O *British Council* destacou-se na formação dos docentes em língua inglesa, requisito indispensável para a sua pós-graduação no estrangeiro. A Associação das Universidades da *Commonwealth* apoiou a organização dos serviços centrais da universidade. A cooperação alemã, por meio do GTZ, destacou-se no apoio às áreas de Engenharia e Veterinária.

## **26. Os efeitos da guerra, isolamento internacional e da baixa capacidade técnica e científica**

Atingida a independência política, Moçambique viveu um período muito curto de relativa paz e estabilidade. Primeiro, foi o esforço económico e militar de Moçambique, no apoio à luta de libertação do Zimbabwe. A Rodésia do Sul declarou unilateralmente a sua independência do Reino Unido a 11 de Novembro em 1965, e a Organização das Nações Unidas (ONU) decretara contra si sanções económicas obrigatórias. Para apoiar a luta de libertação do Zimbabwe, Moçambique decidiu, em 1975, cumprir as sanções internacionais e encerrar as fronteiras terrestres com Rodésia do Sul. Este acto de solidariedade teve um grande impacto económico negativo sobre a jovem República Popular de Moçambique. O Porto da Beira, principal porta de entrada para mercadorias e combustíveis para a Rodésia do Sul, ficou praticamente paralisado. Nem as Nações Unidas, nem outros países, apesar de promessas feitas, apoiaram esse esforço económico de Moçambique. O impacto negativo foi agravado pelas acções de destruição de pontes e estradas, incluindo o massacre de Nhazonia, perpetrado em território moçambicano pelas forças do Governo da Rodésia do Sul, no dia 11 de Agosto de 1976, em que cerca de 600 refugiados zimbabweanos foram mortos.

De seguida e, na verdade, quase simultaneamente, foi o recrudescer da "guerra dos dezasseis anos", levada a cabo pela Renamo, com o apoio e intervenção directa da Rodésia do Sul, como forma de enfraquecer a capacidade de Moçambique em apoiar a luta do povo zimbabweano. Após a libertação e independência do Zimbabwe, em 18 de Abril de 1980, esse apoio passou a ser prestado directamente pelo regime da África do Sul, que continuou as incursões militares terrestres e aéreas, e a prestar apoio logístico e material à Renamo, na sua guerra contra o País.

Por causa da sua orientação socialista, Moçambique vivia, nesse período, o isolamento e sanções dos EUA e alguns países ocidentais, embora não oficialmente decretadas. Nos EUA, estavam no poder os Republicanos e o Presidente Reagan e, no Reino Unido, os conservadores e a Primeira-Ministra Margaret Thatcher, ambos partidos e seus líderes conservadores e inimigos jurados do socialismo e do comunismo.

A guerra dos dezasseis anos destruiu quase por completo, principalmente na região central de Moçambique, escolas, hospitais, fábricas e empreendimentos agrícolas, provocou a morte de cerca de um milhão de pessoas e a deslocação de cerca de quatro

milhões de moçambicanos, isto é, de um quarto da população do País, que se refugiaram em países vizinhos como o Malawi, Tanzânia e África do Sul.

As sanções económicas, o isolamento internacional e a baixa capacidade técnica e científica de Moçambique, acima caracterizadas, resultaram no quase colapso da economia. Em Moçambique, não havia comida, sobressalentes para equipamentos, matérias-primas para a produção, medicamentos para os hospitais, materiais didácticos para as escolas. As carências eram gerais e a nação sobrevivia graças ao credo dos moçambicanos na justeza da sua luta de libertação, no credo da justeza do apoio às lutas de libertação da Rodésia e da África do Sul.

Nenhum outro país africano, nem mesmo qualquer outro dos "países da linha da frente", designação que incluía Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Botswana e Angola, sofreu directamente, pagou preço tão alto e contribuiu como Moçambique, para a queda dos regimes minoritários da Rodésia e da África do Sul.

Esta situação durou cerca de 15 anos, de 1976 a 1990. Naturalmente, a UEM sofreu os impactos da guerra, como todos os outros sectores económicos e sociais. Por exemplo, tornou-se quase impossível a deslocação de docentes e estudantes para além da cintura de Maputo, impossibilitando viagens de estudo ou pesquisa científica. Os orçamentos para os investimentos em novas instalações e equipamentos cessaram completamente. Os orçamentos para custos correntes asseguravam os salários, baixos que fossem, e mal chegavam para custear as comunicações, os combustíveis, o alojamento e alimentação dos estudantes bolseiros. Mesmo em Maputo, que não sofreu incursões militares directas (excepto acções militares das forças especiais sul-africanas em Maputo e Matola), as escolas e postos de saúde, assim como outros serviços públicos, eram saqueados até ao ponto de se retirarem mobiliários, instalações eléctricas e qualquer outro bem móvel.

A estabilização e início de crescimento da UEM foram, pois, gravemente afectados e atrasados pelos efeitos conjugados das acções dos regimes minoritários, da guerra dos dezasseis anos, do isolamento e sanções económicas não oficiais e da baixa capacidade técnica e científica em Moçambique.

## **27. A extensão e expansão do ensino superior**

A assinatura dos acordos de Paz em Roma, entre o Governo de Moçambique e a RENAMO, em 4 de Outubro de 1992, iniciou um período de estabilidade e relançamento económico e social, e criou condições mais propícias para o crescimento da Universidade. Neste

período, cresceu, também, a necessidade de se estender o acesso à Universidade para outras regiões do País.

Em 1985, tinha sido criado o Instituto Superior Pedagógico, através do diploma ministerial n.º 73/85, de 4 de Dezembro, como instituição vocacionada à formação de professores e gestores para o ensino secundário e pré-universitário, mais tarde, em 1995, transformado em Universidade Pedagógica.

Em 1986, foi criado o Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), através do Decreto Ministerial n.º 1/86, de 5 de Fevereiro, do Conselho de Ministros, instituição hoje designada Universidade Joaquim Chissano, re-criada pelo Decreto n.º 85/2018, de 26 de Dezembro, em resultado da fusão com o Instituto Superior de Administração Pública (ISAP). Desde então, e até 1994, existiam, no conjunto, três instituições públicas de ensino superior, todas elas sediadas em Maputo: a UEM, o ISP e o ISRI.

Sobre a extensão do ensino superior para outras regiões do País, além de Maputo, nessa época havia duas escolas de pensamento. A primeira, entendia que as universidades públicas existentes deveriam criar filiais noutras regiões do País. Uma segunda linha de pensamento, propunha que o Estado criasse universidades noutras regiões do País.

Uma comissão para o estudo da expansão do ensino superior<sup>45</sup>, criada em Fevereiro de 1995 pelo Presidente Joaquim Chissano e presidida por Eneas Comiche, analisou a problemática da extensão ao ensino superior para outras regiões do País. Uma das suas principais recomendações contida no relatório intitulado “*Expansão do Ensino Superior em Moçambique*”, apresentado ao Chefe do Estado, em Novembro de 1996, na cidade de Chimoio, depois de uma vasta audição de vários segmentos da sociedade a vários níveis, adoptou a segunda linha de pensamento e a necessidade de o Estado se dotar de um instrumento executivo que lhe permitisse desempenhar as suas funções de coordenação e legislação. O Presidente Joaquim Chissano criou, em 1999, o Ministério de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (MESCT), com poderes para superintender o ensino superior e criar as bases para as instituições de ensino superior e o sector

---

<sup>45</sup> A comissão foi composta pelos seguintes membros: Eneas da Conceição Comiche, Ministro na Presidência dos Assuntos Económicos e Sociais, Presidente da Comissão; Arnaldo Nhavoto, Ministro da Educação; Narciso Matos, antigo Reitor da UEM; Paulus Gerdes, antigo Reitor da UP; Brazão Mazula, Reitor da UEM; Carlos Machili, Reitor da UP; Lourenço do Rosário, Presidente do Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa; António Saraiva de Sousa, Vice Reitor da UEM; Cristopher Jamo, Ex-Director do ISRI; Jamisse Uilson Taimo, Reitor do ISRI; Manuel Morais, UP; Carlos Natividade, UEM; Gaspar Moniquela, UP; Zefanias Muhate, MINED; Bernardo Cherinda, ISRI; Telmina P. Pereira, MINED; Virgílio Juvane, MINED; Francisco Uqueio, MPF. Segundo Taimo, Jamisse Uilson, 2010, p.164.

produtivo utilizarem o conhecimento científico para o desenvolvimento acelerado do País (TAIMO, 2010, p. 964; ROSÁRIO, 2012, p. 92).

O peso da Universidade Eduardo Mondlane como universidade nacional foi notório no debate sobre a problemática da expansão do ensino superior em Moçambique. Na direcção do Partido e do Estado, entidades de relevo advogavam que a expansão do ensino superior deveria ser realizada pela UEM, criando delegações ou filiais suas noutras regiões do território nacional. Essa opção, embora de peso, foi debatida durante várias sessões e só foi abandonada de forma decisiva perante a opinião do então Reitor da UEM, Prof. Doutor Narciso Matos, que defendia que o Estado devia criar duas outras universidades, uma no Centro, outra no Norte, de igual estatura da UEM. Timidamente, esta proposta foi sendo seguida, através da criação, inicialmente não de universidades, mas de Institutos Superiores Politécnicos, pelo então Ministério do Ensino Superior Ciência e Tecnologia (ROSÁRIO, 2012, p. 94).

A revisão da Lei do Ensino Superior, efectivada pelo Boletim da República n.º 31-III Série, de Julho de 1996, permitiu o estabelecimento do Instituto Superior Politécnico, mais tarde, através do Decreto n.º 42/2007 de 5 de Outubro, transformado em Universidade, A Politécnica. Seguiram-se, em 1996, a Universidade Católica de Moçambique (UCM) e, em 1997, o Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM). Terminava, assim, a primeira onda de criação de IES públicas e privadas no País. A segunda onda de criação de novas IES privadas e públicas, incluindo politécnicos, teve lugar após o ano 2000.

## **28. O presente e perspectivas**

Em Abril de 1991, por orientação do Reitor, Prof. Doutor Narciso Matos, a UEM desenvolveu um plano denominado "*Presente e Perspectivas*" (PeP), que visava reflectir sobre as estratégias de desenvolvimento da UEM até ao ano 2000, de modo a poder cumprir eficientemente as suas funções.

Os objectivos definidos nesta estratégia foram agrupados em 10 componentes principais, entre as quais se refere a estabilização do corpo docente moçambicano e a planificação do seu crescimento, a planificação dos ingressos de estudantes e o aumento da eficiência no processo de ensino e aprendizagem.

Como consequência deste plano, o Banco Mundial concordou em financiar parte das componentes nele previstas, tendo estabelecido, em Janeiro de 1993, um acordo de

crédito para o desenvolvimento, que seria implementado através de um projecto chamado *Capacity Building Project* (CBP), cujos objectivos principais eram: expandir a qualidade e melhorar a qualidade dos graduados universitários, e melhorar a qualidade do ensino pré-universitário. O crédito acima referido, que só foi, de facto, disponibilizado em 1994, destinava-se a financiar actividades programadas até 1998.

Por outro lado, a apresentação pública do PeP inaugurou uma prática anual de planificação e prestação de contas da UEM, sob a forma de "Reuniões Anuais Consultivas". Nessas reuniões, de maneira global, a universidade prestava contas públicas dos resultados alcançados pela instituição no ano lectivo anterior e os planos para o ano seguinte. Apresentava os resultados académicos da leccionação, aprovação e graduação de estudantes; a investigação científica, a extensão, as conferências e jornadas científicas estudantis e as publicações resultantes; os recursos e os balanços orçamentais e a proveniência dos recursos; tornava pública outra informação de relevo. Às Reuniões Anuais Consultivas eram convidados representantes da comunidade académica, dos Ministérios das Finanças e de Educação, dos "parceiros de cooperação" (como então se designavam as instituições estrangeiras que apoiavam financeiramente a UEM), ocasionalmente de universidades parceiras na região da África Austral.

Findo este período, e devido a vários factores conjunturais que afectaram o País, ditando o atraso na realização de algumas actividades, a UEM solicitou a extensão do período de execução do projecto por mais dois anos (até 2000), sem alteração dos montantes atribuídos. Tendo em conta as cheias que afectaram o sul do País no início de 2000, o Banco Mundial prorrogou o prazo de execução até meados de 2001, para permitir a realização de novas obras de reabilitação que se revelaram necessárias após a calamidade. No seu prosseguimento, em Abril de 1992, foi apresentada uma versão mais elaborada, com o título "Contribuição para Estabilização Institucional da UEM", como parte de uma proposta de um novo "*Capacity Building Project*" – componente da UEM, que serviu de base para a assinatura do Acordo de Crédito (crédito 2436) entre o Governo de Moçambique e a Associação para o Desenvolvimento Internacional (IDA), aos 29 de Janeiro de 1993, no valor global de 34.1 milhões de SDR's (*Special Drawing Rights*/ Direitos Especiais de Saque), cobrindo as componentes de "*Capacity Building*" da UEM, e do Ministério da Educação, sendo 19.7 milhões de SDR's a parte alocada à UEM (58%). O projecto tornou-se efectivo em Janeiro de 1994 e o seu término estava previsto para 30

de Junho de 1999. Por razões justificadas, o projecto foi prorrogado, vindo a ser encerrado em Junho de 2001.

## Referências

BENDER, G.; Isaacman, A. The changing historiography of Angola and Mozambique. In: Fyfe, C. (Ed.), **African Studies since 1945 – A tribute to Basil Davidson** (pp. 220- 248). Londres: Longman, 1976.

BRAGANÇA, A.; O'LAUGHLIN, B. O Trabalho de Ruth First no Centro de Estudos Africanos: o Curso de Desenvolvimento. **Estudos Moçambicanos**. Maputo, n.º 14, Março, 1996, p. 113-126.

CASIMIRO, I. M. *et al.*. (Forthcoming). 'Seguindo em marcha' Estudos sobre Género e Feminismos no Centro de Estudos Africanos, CEA/UEM, 1990-2018. In: Cruz e Silva, T.; Souto, A. N.; Darch, C. (Eds.). **Identidades, Lembranças e Esquecimento: 40 anos de História do Centro de Estudos Africanos**. Maputo: Centro de Estudos Africanos.

CASIMIRO, I.M. "Movimento associativo como foco de nacionalismo: o movimento estudantil – NESAM w AAM". In: Castelo, C. *et al.* (Org). **Os Outros da Colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique**. Lisboa: ICS, 2012. p.117-134.

\_\_\_\_\_. **Paz na terra, Guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique**. Recife: Editora UFPE, 1979.

CHIMBUTANE, F. **Rethinking Bilingual Education in PostColonial Contexts**. Clevedon/Avon: Multilingual Matters, 2011.

COSTA, I. N. Apontamento sobre o Arquivo Histórico de Moçambique. **Arquivo - Boletim do Arquivo Historico de Moçambique**, v.1, n.1, p. 4-10, 1987.

CRUZ e SILVA, T.; Souto, A. N. (Forthcoming). Introdução. In: T. CRUZ e SILVA, A. N.; SOUTO, DARCH, C. (Eds.), **Identidades, Lembranças e Esquecimento: 40 anos de História do Centro de Estudos Africanos**. Maputo: Centro de Estudos Africanos.

EBMI. **Plano Estratégico de Investigação da Estação de Biologia Marítima da Inhaca**. Maputo: Faculdade de Ciências da UEM, 2015.

\_\_\_\_\_. **Relatório sobre o ponto de situação da Estação de Biologia Marítima da Inhaca e Propostas de Desenvolvimento**. Maputo: Faculdade de Ciências da UEM, 2020.

FERREIRA, E. de S. **O Fim de uma era: o colonialismo português em África**. Lisboa. Livraria Sá da Costa,1977.

FERNANDES, C. M. D. **Dinâmicas de pesquisa em ciências sociais no Moçambique pós independente**: o caso do Centro de Estudos Africanos, 1975-1990. Tese (Doutoramento em Estudos Étnicos e Africanos). Universidade Federal da Bahia, 2011.

FERNANDES, C. M. D. History Writing and State Legitimization in Post-Independence Mozambique. *The History Workshop at the Centre for African Studies (1980- 1986)*. **Kronos**, v.39, p. 1-28, 2013.

GANHÃO, F. d. R. (Forthcoming). A Criação do CEA e as Ciências Sociais na Universidade Eduardo Mondlane no Período Pós-Independência: O Legado De Ruth First. In: T Cruz e Silva, T.; SOUTO, A. N.; DARCH, C. (Eds.), **Identidades, Lembranças e Esquecimento: 40 anos de História do Centro de Estudos Africanos**. Maputo: Centro de Estudos Africanos.

GÓMEZ, M. B. **Educação Moçambicana: História de um Processo: 1962-1984**. Maputo. Livraria Universitária, UEM. 1999.

JAIME, S.; COELHO, J. P.; LIESEGANG, G. **Collection and administration of Oral History Records in the Arquivo Historico de Mocambique and Problems with Research and Publication encountered with Projects on the Social and General history of the War of Liberation (1964-1975) and the Post-liberation Wars (1975-1992) in Mozambique**. *ESARBICA Journal*, n. 21, p. 92-104, 2002.

KATUPHA, M. Panorama linguístico de Moçambique e a contribuição da linguística na definição de uma política apropriada. In: Direcção da Associação Portuguesa de Linguística (Org.) **Actas do I Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**, p. 317-334. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 1985.

KOLOMA, E. “Os Padres também vão à guerra”. Entrevista. In: Raimundo Pachinuapa e Pedro Gemo (coord). **Sacrificados para criar uma nação**: entrevistas com os combatentes da luta de libertação nacional. Maputo. Nachingwea Editores, 2016. P.111-138.

MACHEL, S. M. **Educar o Homem para Vencer a Guerra Criar uma Sociedade Nova e Desenvolver a Pátria**. Mensagem à Conferência da Educação e Cultura. Trabalho Ideológico da FRELIMO. 2.ed. Departamento de Informação e Propaganda. Novembro de 1973. (Colecção Estudos Orientados).

MÁRIO, M. *et al.* **Higher Education in Mozambique: A Case Study**. James Currey, 2003.

MAZULA, B. **Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985**. Maputo. Imprensa Universitária, UEM. 1995.

MONDLANE, E. (1961) Strategic Paper. In: JESUS, J. M. de. **Eduardo Mondlane um homem a abater**. Lisboa: Almedina, 2010.

NELIMO. **Relatório do I Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas**. Maputo: NELIMO-INDE, 1989.

NGUNGA, A. **O estatuto das línguas nas instituições de ensino em Moçambique**. Comunicação apresentada no Seminário da UNESCO sobre a disseminação das línguas locais. Lusaka, 1985.

----- . **O papel das línguas moçambicanas no desenvolvimento socioeconômico do país**. In: Seminário Nacional de Balanço do Ensino Bilingue em Moçambique, I. Maputo, 2008.

PEREIRA, C. Lopes; Gonzalez, Luís. **História da AAM: Associação Académica de Moçambique (1964-1975)**. Maputo, 2016. (Calendário de Letras).

PONSO, L C. O estatuto do português e das línguas bantu moçambicanas antes, durante e depois da luta pela independência da nação em 1975. In: **LING. – Est. e Pesq., Catalão- GO**, v. 20, n. 2, p. 57-86, jul./dez. 2016.

OLIVEIRA, T. d. S. O projecto de Recolha de Fontes orais para a História de Moçambique. **Arquivo - Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique**, v.1, n.1, p. 11-14, 1987.

PIMENTA, F. T. Causas do êxodo das minorias brancas da África Portuguesa: Angola e Moçambique (1974/1975). **Revista Portuguesa de História**, nº. 48, 2017.

República de Moçambique. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Maputo: Boletim da República, I SÉRIE – NÚMERO 51, 2004.

ROSÁRIO, L. Universidades Moçambicanas e o Futuro de Moçambique. In: BRITO, L. *et al.* (Org.) **Desafios para Moçambique**. Maputo: IESE, 2012.

SIMÃO, J. V. **O ensino Superior no Ultramar português**. 1963. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/33500>, Acessado aos 24 de Setembro de 2021.

SITOE, B. Línguas Moçambicanas, como estamos? In: SEVERO, C; SITOE, B; PEDRO, J. **Estão as línguas nacionais em perigo?** Coleção Cadernos de Ciências Sociais. Lisboa: Escolar Editora, 2014. P. 37-75.

SOUTO, A. N. A Universidade de Lourenço Marques: a Associação Académica de Moçambique e o movimento estudantil (1963-1974). In: CASTELO, C. *et al.* (Org.) **Os Outros da Colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique**. Lisboa: ICS, 2012. P.135-154.

SOUTO, A. N. (no prelo). O curso de desenvolvimento no Centro de Estudos Africanos pela voz dos participantes (1979-1982) (memórias). In: CRUZ e SILVA, T; SOUTO, A. N.;

DARCH, C. (Eds.), **Identidades, Lembranças e Esquecimento**: 40 anos de História do Centro de Estudos Africanos. Maputo: Centro de Estudos Africanos.

TAIMO, J. U. **Ensino Superior em Moçambique**: História, Política e Gestão. Universidade Metodista de Piracicaba Faculdade de Ciências Humanas. Tese (Doutoramento em Educação) – Curso de Doutoramento em Educação. PIRACICABA, SP, BRASIL. 2010: pp. 2010

TEMBE, J. N. O Arquivo Histórico de Moçambique e a Investigação Científica. Maputo: Mimeo, 2016.

\_\_\_\_\_. A American Board Mission e os desafios do protestantismo em Manica e Sofala (Moçambique), ca.1900-1950. In: Lusotopie No.5. pp.335-343. 1998.

UEM. Cronologia do Museu de História Natural: Síntese da História do Museu de História Natural 1911-2013. Maputo: Imprensa Universitária, 2013

UEM. Museu de História Natural. O que é e como visitá-lo. (s/d).

### Fontes Primárias

AHM. UEM. Moçambique. Direcção dos Serviços de Planeamento e Integração Económica. **IV Plano de Fomento. Parte III. Relatórios Sectoriais**. Vol.11. Educação. Tomo 2. Ensino Básico. Primário e Ciclo Preparatório. 1973. Cota 115.

\_\_\_\_\_. **Fundo**: Secção Especial. Estrutura e Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Lourenço Marques. J. Barreiros Martins, Prof. Cat. de Engenharia da Universidade de Lourenço Marques. Abril de 1973.

\_\_\_\_\_. **Fundo**: Secção Especial. Moçambique. Direcção dos Serviços de Planeamento e Integração Económica, IV Plano de Fomento. Parte III. Relatórios Sectoriais. Vol.11 Educação. Tomo 4. Serviços Extra-Escolar. Ensino Universitário. 1973: Cota.114.

\_\_\_\_\_. **Fundo Gabinete do Reitor**: *Plan Of Operations. Basic University Science Course Experimental Project at The Eduardo Mondlane University, Maputo. Mozambique.* S/D.

\_\_\_\_\_. **Fundo Secção Especial (Confidencial)**. Secretaria Provincial de Educação. Multirracionalidade nas Escolas. Moçambique. Ano Lectivo de 1972/1973. Cota S.E.a.V. P2 N°92.

----- . **Fundo Secção Especial.** Estado Português. Educação 1973-1974. Secretaria Provincial de Educação de Moçambique. O Secretario Provincial, Adelino Augusto Marques Almeida. Lourenço Marques. 1973. Cota S.E.a.VP.2 n.º 94.

----- . Direcção dos Recursos Humanos. **Relatório Anual, 1993-1994.** Maputo. Outubro de 1994.

----- . Direcção dos Recursos Humanos. **Contratação de Pessoal na UEM em 1995.** (Sínteses dos Encontros com os Directores de Faculdade. Maputo. 22 de Marco de 1995.

----- . **Fundo Secção Especial.** Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica da Província de Moçambique. III Plano de Fomento. Parte II. Relatórios Sectoriais. Vol.11. Educação. SE .a.I P.2 n.º 71.S/D.

----- . Direcção dos Recursos Humanos da UEM. **Resumo do Corpo Docente Referente ao Período que vai até 31 de Dezembro de 1992.** Cx.139. Estatísticos sobre corpo docente (2-Semestre/92-DRH). 1992. Cx. 139.

----- . **Fundo Gabinete do Reitor.** Evolução da população escolar (1975/1984) por cursos. Resumo do Orçamento/1984 em moeda nacional, da Universidade de Lourenço Marques. 1974-1984.1984. Cota.212.

----- . **Fundo:** Gabinete do Reitor. Secretaria dos cursos Propedêuticos de Ciências. Relatório sobre os cursos, o período experimental e o primeiro período do curso de propedêutico de ciências de 1977. Cota 40.

----- . Direcção dos Recursos Humanos da UEM. Estudo da situação actual de computadorização e necessidades de computadorização na Universidade Eduardo Mondlane. Documento de trabalho para o uso interno. Números de docentes nacionais e estrangeiros em Maio 1991. Cx.139.

----- . Universidade de Lourenço Marques - Cx. 23 - Direcção Geral de Segurança, Confidenciais, 1972 - **A Universidade de Lourenço Marques para quem? Lourenço Marques, Associação Académica de Moçambique-Secção de Informação, Propaganda e Estatística,** s/d. (Temas Estudantis; 5), 10 p.] in: A Sopa s/d).

----- . cx. 23. Revista Economia de Moçambique, Entrevista ao Presidente da AAM, in A Sopa (s/d).

----- . Fundo Gabinete do Reitor. **Relatório de Análise da Situação da Estação Universitária da Macaneta.** Elaborado por J.A Travassos Santos Dias, Pedro Alcântara, L. Pereira Coutinho, Mota de Castro, Célia Diniz. 31 de Maio de 1979: Pags. 15-16. Cota: 206.

..... Fundo: Gabinete do Reitor. **Discurso do Presidente SAMORA MACHEL na cerimónia de inauguração da Escola Militar de Quadros em Nampula, 02 de Outubro de 1978.** Universidade Eduardo Mondlane, Instituto de investigação Científica, Centro de Estudos Africanos, Curso de Desenvolvimento (Pós-graduação). 1979. Cota:47.

..... Fundo: Gabinete do Reitor. **Universidade Eduardo Mondlane, Instituto de investigação Científica, Centro de Estudos Africanos, Curso de Desenvolvimento (Pós-graduação).** Circular 1/RT/ EXT/79 do enviado para Comissão Nacional de Abastecimento, de um exemplar do programa para realização do Curso de Desenvolvimento (Pós-graduação) na Universidade Eduardo Mondlane. Pelo Director de Serviços Administrativos José Manuel de Sousa Buccellato. No dia 25 de Janeiro 1979: Pags.1-5. Cota:46.

..... Fundo: Gabinete do Reitor. **Conversações entre Moçambique/Holanda.** Ofício enviado pelo Coordenador BUSCEP do Dr. António Leão ao Gabinete de Relações Internacionais da UEM. 08 de Outubro de 1991. Cota: 46.

..... Fundo: Gabinete do Reitor. **Protocolo de Visita.** Ofício enviado pelo Coordenador BUSCEP do Dr. António Leão ao Gabinete de Relações Internacionais da UEM. 07 de Outubro de 1991. Cota:46.

..... Fundo: Gabinete do Reitor. **Ponto de situação das obras equipamentos CEE para os Laboratórios BUSCEP.** Ofício enviado pelo Coordenador BUSCEP do Dr. António Leão ao Gabinete de Relações Internacionais da UEM. 08 de Outubro de 1991. Cota:46.

..... Fundo: Gabinete do Reitor. **Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal. Protocolo do trabalho realizado pelo Dr. C.J. STOOL da Universidade Livre de Amsterdão (U.L.A).** 27 de Junho de 1986: Pags. 1-6.

..... Fundo: Gabinete do Reitor. Ministério da Educação e Cultura. Objectivos Disciplina da Educação Política. In: **Programa de Educação Política: pré-primária-primaria-segunda-terceira-quarta, quinta, sexta, oitava e nona classe.** 1979: Pag:03. Cota:47.

..... Fundo Gabinete do Reitor. **Relatório de Análise da Situação da Estação Universitária da Macaneta.** Elaborado por J. A Travassos Santos Dias, Pedro Alcântara, L. Pereira Coutinho, Mota de Castro, Célia Diniz. 31 de Maio de 1979: Pag.17. Cota: 206. Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior (CNAQ) (2020).

MOÇAMBIQUE. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Instituições públicas do ensino superior em Moçambique, lista actualizada de IES. (2021).

\_\_\_\_\_. Direcção Nacional do Ensino Superior. Resumo numérico das IES e sua classificação (2019).

### **Legislação**

MOÇAMBIQUE. Constituição da República de Moçambique, 2004

MOÇAMBIQUE. Boletim da República n.º 31-III Serie, de Julho de 1996

MOÇAMBIQUE. Decreto n.º 19, 18 de Maio de 1976

MOÇAMBIQUE. Decreto n.º 48 563, de Agosto de 1968

MOÇAMBIQUE. Decreto n.º 48042, de Novembro de 1967

MOÇAMBIQUE. Decreto-Lei n.º 45 180, de Agosto de 1963

MOÇAMBIQUE. Decreto-Lei n.º 44.530, de 21 de Agosto de 1962

MOÇAMBIQUE. Decreto-Lei n.º 456/70, de 2 de Outubro

MOÇAMBIQUE. Decreto n.º 587/70, de 26 de Novembro

MOÇAMBIQUE. Decreto n.º 443/71, de 23 de Outubro

MOÇAMBIQUE. Decreto n.º 470/71, de 5 de Novembro

MOÇAMBIQUE. Decreto-Lei n.º 299/74, de 16 de Julho de 1974

MOÇAMBIQUE. Decreto Lei n.º 48790, de 11 de Dezembro de 1968

MOÇAMBIQUE. Decreto-lei n.º 49 072, de Junho de 1969.

MOÇAMBIQUE. Decreto-Lei n.º 7/75 de 18 de Janeiro

MOÇAMBIQUE. Decreto n.º 19/76

MOÇAMBIQUE. Decreto Ministerial n.º 15/92, de 16 de Setembro de 1992,

MOÇAMBIQUE. Decreto – Lei n.º 41.472

MOÇAMBIQUE. Decreto n.º 42:030, de 1971

MOÇAMBIQUE. Decreto-Lei n.º 26/76, de 1976

MOÇAMBIQUE. Decreto Ministerial n.º 73/85, de 4 de Dezembro

MOÇAMBIQUE. Decreto Ministerial n.º 1/86, de 5 de Fevereiro

MOÇAMBIQUE. Decreto n.º 85/2018, de 26 de Dezembro

MOÇAMBIQUE. Decreto n.º 42/2007, de 5 de Outubro de 2007

MOÇAMBIQUE. Diploma Legislativo n.º 90/71

MOÇAMBIQUE. Diploma Ministerial n.º 73/85, de 4 de Dezembro

MOÇAMBIQUE. Despacho do Gabinete do Magnífico Reitor da Universidade Eduardo Mondlane, n.º 062/RT/2008, de 16 de Abril de 2008

MOÇAMBIQUE. Portaria n.º18, de 05 de Maio de 1964

MOÇAMBIQUE. Portaria n.º 29/76 do Ministério de Educação e Cultura

MOÇAMBIQUE. Portaria n.º 1095, de 1913

MOÇAMBIQUE. Portaria 2:267, de 1934

### **Agradecimentos**

Agradecemos, em primeiro lugar, ao Magnífico Reitor da Universidade Eduardo Mondlane, Prof. Doutor Orlando Quilambo, pelo convite para integrarmos o colectivo de autores desta obra, cuja necessidade já se fazia sentir, e cuja importância cresce à medida que os actores e protagonistas directos da história da UEM, com o tempo, e pelas causas mais diversas, se vão tornando menos disponíveis. E as suas memórias se vão diluindo e confundindo. Agradecemos também aos antigos e actuais dirigentes académicos, docentes, investigadores, documentalistas e estudantes pelas revisões, correcções e adições ao texto, tornando-o mais rico e consentâneo com os factos e os acontecimentos. Responderam generosamente ao nosso pedido e enviaram-nos contribuições Álvaro Carmo Vaz, Alda Pereira, António Saraiva de Sousa, Arlindo Siteo, Bento Siteo, Carvalho Madivate, Edmundo Macuácuá, Elcídio Macuacua, João Schwalbach, Lopo de Vasconcelos, Lucília Chuquela, Luís de Brito, Mouzinho Mario e Teresa Cruz e Silva.